



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2026**

EXCLUSIVO PARA ME/EPP/COOP

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 3.981/2026

**INTERESSADO:** Secretaria de Segurança Pública e Cidadania

**OBJETO:** Aquisição de materiais e ferramentas

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por lote

**MODO DE DISPUTA:** Aberto e fechado

**FORMA DE REALIZAÇÃO:** Eletrônica

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 26/06/2026 às 09h00

**LOCAL DA DISPUTA:** endereço eletrônico [www.licitavalinhos.com.br](http://www.licitavalinhos.com.br)

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e Decreto Municipal nº 11.944, de 9 de janeiro de 2024 ([https://www.valinhos.sp.gov.br/portal/leis\\_decretos/13366/](https://www.valinhos.sp.gov.br/portal/leis_decretos/13366/)) e posteriores alterações.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS**, CNPJ: 45.787.678/0001-02, por intermédio da Secretaria de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na **modalidade Pregão**, de acordo com o disposto neste edital.

Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta;

Anexo III – Modelo de Termo de Ciência e de Notificação;

Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato.

Todos os elementos deste edital serão divulgados em sítio eletrônico oficial do Município (<https://www.valinhos.sp.gov.br/portal/secretarias/11/secretaria-de-licitacoes/>) na mesma data de sua divulgação, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

***Havendo divergência entre a especificação do sistema e a do edital, prevalecerá a do edital.***

## **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança em todas as suas fases.

**1.2.** Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação responsável, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema de Compras de Valinhos ([www.licitavalinhos.com.br](http://www.licitavalinhos.com.br)).

**1.3.** Todas as referências de tempo neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília/DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## **2. OBJETO, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE VIGÊNCIA**

**2.1.** A presente licitação destina-se ao objeto indicado no preâmbulo deste edital, de acordo com as especificações e quantitativos constantes do Anexo I.

**2.2.** Locais e condições de entrega são os descritos no Anexo I.

## **3. FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**3.1.** Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Edital poderão solicitar os esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para disputa de preços, exclusivamente pelo site [www.licitavalinhos.com.br](http://www.licitavalinhos.com.br).

**3.1.1.** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao sistema **LICITA VALINHOS** a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

**3.1.1.1.** Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

**3.1.1.2.** Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

**3.2.** Caberá ao Agente de contratação se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as secretarias competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**3.3.** As respostas às consultas ou aos pedidos de esclarecimento e os julgamentos das impugnações serão divulgados no site [www.licitavalinhos.com.br](http://www.licitavalinhos.com.br), em aba própria.

**3.4.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

**3.5.** Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por

representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

**3.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**3.7.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela comissão de contratação, nos autos do processo de licitação.

#### **4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Somente poderão participar da licitação pessoas jurídicas, brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo do objeto licitado, que se enquadrem como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, ou Cooperativa de Consumo (COOP) a elas equiparada nos termos do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras de Valinhos ([www.licitavalinhos.com.br](http://www.licitavalinhos.com.br)).

**4.2.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema **LICITA VALINHOS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.3.** A não observância do disposto no tópico 4.2 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.4.** Não poderão disputar a licitação ou participar da execução dos serviços, direta ou indiretamente:

**4.4.1.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal (sob pena de incidir no crime previsto no art. 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal) e impedimento ou suspensão de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Valinhos;

**4.4.2.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município de Valinhos ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.4.3.** controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

**4.4.4.** pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.4.5.** pessoa jurídica com falência decretada;



**4.4.6.** pessoas jurídicas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e Organizações Sociais – OS, com ou sem fins lucrativos ou econômicos.

**4.4.7.** pessoas jurídicas que não se enquadrem como ME ou EPP ou COOP, na forma da Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações.

**4.4.8.** Para fins do disposto no tópico 5.4 deste edital, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e a licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

**4.4.9.** O impedimento do tópico 5.4.1 deste edital alcança a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

**4.4.10.** As hipóteses de vedação à participação de que trata o tópico 4.4 deste edital, quando constatadas em qualquer fase do certame, ensejarão a inabilitação da licitante.

**4.5.** Será permitida a participação de consórcio nesta licitação e observados os requisitos que se seguem:

**4.5.1.** O consórcio deverá apresentar comprovação do compromisso de sua constituição, público ou particular, subscrito pelas empresas consorciadas no caso de instrumento particular, do qual deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes itens:

**4.5.1.1.** Denominação do consórcio;

**4.5.1.2.** Composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;

**4.5.1.3.** Atribuições técnico-operacionais de cada empresa integrante do consórcio;

**4.5.1.4.** Objetivo do consórcio;

**4.5.1.5.** Indicação da empresa líder que representará o consórcio perante o Município, à qual deverá ser conferido poderes para representar os consorciados no procedimento licitatório, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar os demais atos pertinentes ao certame, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

**4.5.1.6.** Vigência do compromisso de consórcio, que deverá se estender até o prazo de validade da proposta;

**4.5.1.7.** Declaração de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio;

**4.5.1.8.** Declaração de compromissos e obrigações de cada uma das empresas consorciadas em relação ao objeto da licitação, em especial e expressamente de que:

**4.5.1.8.1.** O consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou de qualquer forma modificada sem a prévia anuência do Município de Valinhos.

**4.5.2.** A licitante vencedora fica obrigada a promover o registro do consórcio antes da assinatura do contrato, nos termos do compromisso apresentado na fase de habilitação, bem como o arquivamento do instrumento de sua constituição.

**4.5.2.1.** A vigência do consórcio deverá coincidir com a do contrato.

**4.5.3.** Na hipótese do consórcio formado por empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil e empresas brasileiras, caberá a liderança à empresa brasileira.

**4.6.** Cada uma das empresas, individualmente ou em consórcio, só poderá participar do certame com uma única proposta. Verificando-se a apresentação de mais de uma proposta pela mesma empresa ou por consórcio de empresas, as proponentes envolvidas serão excluídas do certame.

## **5. DA SESSÃO PÚBLICA**

### **CADASTRO DA PROPOSTA ELETRÔNICA**

**5.1.** O sistema operacional utilizado será através do endereço eletrônico [www.licitavalinhos.com.br](http://www.licitavalinhos.com.br), portanto, todas as transações que envolvam o certame deverão ser, **exclusivamente**, através do sistema, desde cadastramento de propostas de preço, bem como todos os documentos de habilitação, até a data e horários definidos para a abertura das propostas.

**5.2.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número de telefone: (19) 3849-8000 ou [licitacoes@valinhos.sp.gov.br](mailto:licitacoes@valinhos.sp.gov.br).

**5.3.** Não serão cobrados dos interessados quaisquer valores pela utilização da plataforma.

**5.4.** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada licitação eletrônica.

**5.5.** O licitante deverá dispor de chave de identificação e senha, para acessar o sistema, através do site utilizado para realização do certame.

**5.6.** A senha fornecida para o acesso é de caráter pessoal e intransferível, sendo que a licitante se responsabiliza formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade da Prefeitura de Valinhos por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.7.** O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da não observância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.8.** A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.



**5.9.** Ao preencher a proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

**5.9.1.** que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos para a habilitação definidos no edital;

**5.9.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

**5.9.3.** não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando os incisos III e IV do art. 1º e que cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

**5.9.4.** que cumpre a reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

#### **EM CASO DE ME/EPP**

**5.9.5.** que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14133/2021.

**5.10.** A falsidade das declarações sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

#### **ETAPA DE LANCES**

**5.11.** No dia e horário previsto neste Edital, o Agente de Contratação dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

**5.12.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme artigo 56 da Lei nº 14.133/21.

**5.13.** A análise das propostas pelo Agente de Contratação visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**5.14.** Para efetuar seus lances as licitantes deverão estar conectadas ao sistema, para dar início à etapa competitiva. A cada lance ofertado a licitante será imediatamente informada do seu recebimento ficando registrado o horário e valor.

**5.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



**5.16.** Somente serão aceitos lances inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante, observado o intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**5.17.** A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. Encerrado esse prazo, o sistema automaticamente entrará em modo aleatório com duração de até dez minutos. Após esse prazo, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**5.18.** Encerrado o prazo previsto no tópico anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o licitante do menor lance, e os demais licitantes com valores de lances até dez por cento superior àquele, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.19.** Na ausência de, no mínimo, três lances nas condições definidas no tópico anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

**5.20.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

**5.21.** Antes de anunciar o vencedor, o Agente de Contratação poderá encaminhar pelo sistema, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço ainda melhor, quando decidirá pela sua aceitação.

**5.22.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.23.** Se ocorrer dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.24.** Se no decorrer da etapa competitiva houver a desconexão com o Agente de Contratação, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos.

**5.25.** Se a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes, através de mensagem no *chat*, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

**5.26.** Fica facultado ao Agente de Contratação estabelecer um valor percentual entre os lances, que deverá variar entre 0,01% a 5% do valor do menor lance.

**5.27.** Havendo propostas de uma ou mais Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Cooperativas de Consumo (COOP), com valor de até 5% (cinco por cento) superior ao da licitante de melhor oferta, não sendo a de melhor oferta ME ou EPP ou COOP, a proposta mais bem classificada dentre as ME, EPP e COOP, será considerada empatada com aquela, podendo a sua proponente apresentar proposta de preço inferior, e, não havendo o desempate, serão chamadas as demais ME ou EPP ou COOP empatadas, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.



**5.27.1.** Em se tratando de licitação para a participação exclusiva de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Cooperativas de Consumo (COOP), ou quando o valor estimado do item/lote for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP (estabelecido no art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações), não haverá aplicação da regra estabelecida no tópico 5.27.

**5.27.2.** A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) melhor classificada será convocada através do sistema para, querendo apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**5.27.3.** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**5.27.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados por ME e EPP que se encontrem no limite estabelecido no caput desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

## **6. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**6.1.** Esta licitação é do tipo menor preço por **LOTE** e a classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos.

**6.1.1.** Os preços devem ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade/fornecimento e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

**6.2.** O cadastro da proposta deve evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

**6.3.** Na apreciação e no julgamento das propostas não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste instrumento, nem serão permitidas ofertas de vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes, obrigando-se, no entanto, a prestar toda e qualquer atividade oferecida em sua proposta.

**6.4.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema informará a proposta de menor preço e o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar para o item/lote, quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto no tópico 6.4.5, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

**6.4.1.** Definida a ordem de classificação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

**6.4.2.** A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada por sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.4.3.** A negociação será realizada por meio do sistema e terá seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.4.4.** Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao Agente de Contratação verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

**6.4.5.** Constituem indício de inexequibilidade das propostas/lances valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.5.** A licitante provisoriamente vencedora deverá enviar a proposta escrita, conforme indicado no tópico 8.1, e, se necessário, os documentos complementares solicitados em edital, por meio do sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação, por solicitação justificada da licitante ou de ofício quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

**6.5.1.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas das licitantes convocadas para sua apresentação, após a fase de envio de lances.

**6.6.** Se as propostas ou os lances de menores valores não forem aceitáveis, posteriormente à negociação, ou se as licitantes desatenderem às exigências habilitatórias, mesmo após esgotadas as possibilidades de saneamento da documentação e da proposta, o Agente de Contratação examinará as propostas ou os lances subsequentes, exclusivamente por meio do sistema, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Nesta hipótese, o Agente de Contratação poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

## **7. FASE DE JULGAMENTO**

### **PROPOSTA ESCRITA**

**7.1.** A licitante provisoriamente vencedora deverá enviar sua proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação no prazo previsto no tópico 6.5, nos moldes do Anexo II.

**7.2.** No caso de a proposta escrita apresentar erro na multiplicação do quantitativo pelo preço unitário apresentado, prevalecerá o preço unitário, e o cálculo será refeito pelo Agente de Contratação para fins de julgamento.

**7.3.** O valor da proposta final não poderá ter valor superior ao lance já registrado pela licitante no sistema.

**7.3.1.** Caso o julgamento da proposta seja por lote, os valores unitários dos itens que compõem o lote não poderão ser superiores aos valores estimados pela PREFEITURA.

**7.4.** A apresentação da proposta implica a aceitação pela licitante:

**7.4.1.** do prazo de validade da proposta/lance especificado no Anexo II. Decorrido esse prazo, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos;

**7.4.2.** do prazo de pagamento indicado no em edital, contado da data do aceite da Nota Fiscal;

**7.4.3.** do prazo da entrega, que deverá ocorrer de forma integral, no prazo estipulado no Anexo I;

**7.4.4.** de sua responsabilidade, se vencedora do certame, pelo carregamento e transporte dos materiais/produtos/equipamentos, bem como pelo seu descarregamento no local de entrega especificado no Anexo I;

**7.4.5.** da observância das disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, no tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória. Tratando-se de confidencialidade, a LICITANTE VENCEDORA deverá seguir as regras do CONTROLADOR, tomar medidas para proteger os dados pessoais quanto a divulgação, acessos não autorizados, destruição ou danos. Como corresponsável, a LICITANTE VENCEDORA deverá comunicar imediatamente qualquer violação de segurança, que será alvo de processo de mitigação de falhas, procedimento de análise de impactos e até notificação a ANPD.

**7.5.** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Municipalidade não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

## **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

**7.6.** A licitante provisoriamente vencedora deverá apresentar, no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da convocação pelo Agente de Contratação:

**7.6.1.** Para **TODOS OS LOTES**: Catálogo ou ficha técnica do fabricante de todos os itens que compõem o lote a fim de comprovar o atendimento das especificações técnicas descritas no edital.

**7.6.2. LOTE 07** – Extintor ABC de incêndio: comprovação de atendimento da ABNT NBR 15808 (extintores de incêndio portátil), selo INMETRO e etiquetas com informações de capacidade e validade.

**7.6.3. LOTE 10** – Item colar cervical: registro ou cadastro da ANVISA e estar em conformidade com normas técnicas vigentes para dispositivos médicos.

**7.6.4. LOTE 11** – Item padiola dobrável: registro ou cadastro na ANVISA e estar em conformidade com normas técnicas vigentes para dispositivos médicos.

**LOTE 11** – Item prancha rígida de resgate: registro ou cadastro na ANVISA e estar em conformidade com normas técnicas vigentes para dispositivos médicos.

**7.6.5. LOTE 12** – Motosserra: comprovação de atendimento da ABNT/NBR/ISO 7293/2022.

**7.6.6. LOTE 15** – Capa de chuva: Certificado de Aprovação (C.A.) válido e laudo quanto à resistência e durabilidade da fita refletiva, com os seguintes critérios:

<b>ENSAIO</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>NORMA</b>	<b>TOLERÂNCIA</b>
Retrorrefletância	330 cd.lx-1.m-2	ABNT 15292	Mínimo

**7.6.7. LOTE 16** – Item abafador de ruído: Certificado de Aprovação (C.A.) válido e atendimento às normas ABNT NBR 16076 e ABNT NBR 17072 (versões vigentes).

**LOTE 16** – Item protetor auricular: Certificado de Aprovação (C.A.) válido e atendimento às normas NR-6 (EPI) e NR-15 (exposição a ruídos).

**LOTE 16** – Item máscara descartável: Certificado de Aprovação (C.A.) válido e atendimento à norma ABNT/NBR 13698.

**7.6.8. LOTE 17** – Balaclava: Certificado de Aprovação (C.A.) válido e atendimento às normas NFPA 1971 ou EN 13911.

**7.6.9. LOTE 18** – Item capacete de segurança: Certificado de Aprovação (C.A.) e atendimento à norma ABNT NBR 8221 (versão vigente).

**7.6.10. LOTE 19** – Item luva de segurança: Certificado de Aprovação (C.A.) válido e atendimento às normas técnicas EN 407 e EN 388.

**LOTE 19** – Item luva de proteção térmica: Certificado de Aprovação (C.A.) válido e atendimento às normas técnicas EN 407 e EN 388.

**7.6.11. LOTE 20** – Óculos de proteção: Certificado de Aprovação (C.A.) válido e atendimento às normas técnicas EN ISO 16321 e/ou ANSI/ISEA Z87.1.

**7.6.12. LOTE 21** – Colete salva-vidas: homologação pela Marinha do Brasil, conforme as normas da NORMAM vigente (Normas da Autoridade Marítima para Homologação de Material e Certificação de Laboratórios e Sistemas de Embarque).

**7.6.13. LOTE 22** – Bote inflável: atendimento da ISO 9001 e homologação pela Marinha do Brasil, conforme as normas da NORMAM vigente (Normas da Autoridade Marítima para Homologação de Material e Certificação de Laboratórios e Sistemas de Embarque).

**7.7.** A não apresentação da documentação complementar dentro do prazo estabelecido, ou em desconformidade com as especificações contidas neste edital importam a imediata desclassificação da licitante.

**7.8.** A análise, aprovação ou reprovação do catálogo e documentação será de responsabilidade de Secretaria de Segurança Pública e Cidadania.

## **AMOSTRAS**

**7.9.** A licitante provisoriamente vencedora, deverá apresentar no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da convocação pelo pregoeiro/agente de contratação:



**7.9.1.** Para os **LOTES 01, 06, 10, 15, 16 (item 01), 17, 18, 19, 20 e 21**, uma amostra idêntica ao produto ofertado, da mesma forma como será entregue.

**7.9.1.1.** Para o **LOTE 15** (capa de chuva), as amostras deverão ser entregues com a personalização da peça com logos e brasões, conforme descritivos constantes no tópico 2.22.7. do Anexo I.

**7.10.** As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas com a razão social da licitante, CNPJ, número do lote/item e número do processo licitatório, mediante protocolo, no prazo estabelecido no tópico 7.9, junto a Secretaria de Segurança Pública e Cidadania, situada na Rua João Bissoto Filho, nº 600, Jd. Bom Retiro, Valinhos-SP. As amostras deverão atender INTEGRALMENTE as exigências do edital.

**7.11.** As amostras aprovadas permanecerão em posse da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania para servirem como parâmetro de confrontações quando ocorrer a entrega do objeto.

**7.12.** A análise e aprovação das amostras serão realizadas por comissão designada pela Secretaria de Segurança Pública e Cidadania, e o resultado da avaliação será registrado em ata e publicado nos autos do processo licitatório.

**7.12.1.** A ausência da entrega de uma ou mais amostras ou sua reprovação na avaliação, implicará na desclassificação da proposta, sendo então convocada a próxima licitante, obedecida a ordem de classificação, para apresentar as amostras no mesmo prazo e assim sucessivamente.

**7.12.2.** Os critérios de avaliação da amostra estão dispostos no tópico 4 do Anexo I.

**7.13.** Serão **DESCLASSIFICADOS** os lances e as propostas:

**7.13.1.** que contiverem vícios insanáveis;

**7.13.2.** que não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste edital;

**7.13.3.** que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

**7.13.4.** que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

**7.13.5.** que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital, desde que insanável;

**7.13.6.** das licitantes que não responderem às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

**7.14.** Serão **DESCLASSIFICADOS** os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas finais que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores ao(s) valor(es) máximo(s) aceitável(eis) para o item/lote pela PREFEITURA.

**7.15.** A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada por item/lote.

**7.16.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada.

**7.17.** O Agente de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

**7.18.** Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade das propostas, o Agente de Contratação verificará a documentação de habilitação das licitantes conforme disposições do tópico 8.

## **8. HABILITAÇÃO**

**8.1.** Para habilitação neste certame, fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, as licitantes deverão apresentar os documentos e cumprir os requisitos elencados a seguir. Em caso de consórcio, deverá ser apresentada a documentação de habilitação de cada uma das empresas participantes.

**8.1.1.** O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data da apresentação da proposta escrita.

**8.2.** Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente vencedora, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada e sequencial, de modo a facilitar sua análise, **no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período.**

**8.3.** A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta e aceitação condicionada à verificação de veracidade via internet.

**8.3.1.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular, quando solicitada, poderá ser feita perante servidor da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**8.4.** Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a data fixada para apresentação da proposta eletrônica, exceto em relação aos subitens 8.14.1 e 8.14.2.

**8.5.** A licitante deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende executar os serviços. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, como a prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT).

**8.5.1.** A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos ou por outro meio eletrônico idôneo.

**8.5.2.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Agente de Contratação até a conclusão da fase de habilitação.

**8.6.** A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

**8.6.1.** Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão em que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional, por moratória, ou pelo depósito de seu montante integral, ou pelas reclamações e pelos recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou pela concessão de medida liminar em mandado de segurança ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial, ou pelo parcelamento.

**8.7.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**8.7.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

**8.7.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas escritas.

**8.7.3.** Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.7.4.** A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o Agente de Contratação poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

**8.7.5.** A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

**8.8.** O Agente de Contratação poderá, sob o amparo do que estabelece o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, exigir que a licitante apresente Nota Fiscal comprobatória do fornecimento indicado em atestados de qualificação técnica por ela apresentados. A falta de comprovação sujeita o responsável às penalidades estabelecidas neste instrumento convocatório.



**8.9.** Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Cooperativas de Consumo (COOP), participando do certame nesta condição, deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

**8.9.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para regularização dos documentos.

**8.9.2.** A não regularização dos documentos no prazo estabelecido implicará a decadência do direito à contratação e a adoção dos procedimentos especificados no tópico 10.3 deste edital.

**8.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação, após concluídos os procedimentos de que trata o tópico 8.7.

**8.11.** Constituem motivos para **INABILITAÇÃO** da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no tópico 8.7:

**8.11.1.** A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

**8.11.2.** A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

**8.11.3.** A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

**8.11.4.** A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

**8.11.5.** A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

**8.11.6.** O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

**8.11.7.** O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

### **8.12. Habilitação Jurídica**

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade da licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ela limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, nos seguintes termos:

**8.12.1.** Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, conforme indicado em edital.

**8.12.2.** Para Empresa Individual: Registro Comercial.

**8.12.3.** Para Sociedades Empresárias em geral: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados. Se as alterações tiverem sido consolidadas em um só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação do ato constitutivo consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores à consolidação.

**8.12.4.** Para Sociedade Simples: Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício. Se as alterações tiverem sido consolidadas em um só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação do ato constitutivo consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores à consolidação.

**8.12.5.** Para Sociedades Empresárias Estrangeiras em funcionamento no País: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**8.12.6.** Para Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP): ato constitutivo a ser apresentado nos termos dos subitens precedentes, acompanhado de um dos seguintes documentos ou qualquer outra forma admitida pelo ordenamento jurídico vigente que possibilite a comprovação do enquadramento das licitantes como ME ou EPP:

**8.12.6.1.** Certidão expedida pela Junta Comercial, caso exerçam atividade comercial;

**8.12.6.2.** Documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, caso atuem em outra área que não a comercial.

**8.12.6.3.** Não farão jus ao tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123/2006, as ME e EPP:

- enquadradas nas hipóteses previstas no art. 3º, §4º, da Lei Complementar nº 123/2006;

- cuja receita bruta anual do ano-calendário anterior tenha excedido o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP), e/ou

- cuja receita bruta do ano-calendário da licitação tenha excedido em 20% ou mais o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP);

- para os itens da licitação cujo valor estimado seja superior ao limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP).

**8.12.7.** Para Cooperativas de Consumo (COOP): ato constitutivo a ser apresentado nos termos dos subitens precedentes, acompanhado do seguinte documento para aferição da equiparação às ME e EPP, nos termos do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007:

**8.12.7.1.** Demonstração de Resultados de Exercício (DRE) referente ao último exercício social exigível, assinado por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis, devidamente habilitado, constando nome completo e registro profissional.

**8.12.8.** As licitantes que se utilizarem indevidamente de qualquer benefício da Lei Complementar nº 123/2006, estarão sujeitas à pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

### **8.13. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista**

As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

**8.13.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral.

**8.13.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual.

**8.13.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social – INSS, que deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

**8.13.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual que deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão Negativa expedida pelo órgão competente.

**8.13.4.1.** O documento hábil para comprovação da regularidade para com a Fazenda Estadual, quando a licitante for Contribuinte do Estado de São Paulo, é a Certidão Negativa de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa.

**8.13.5.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos referentes a Tributos Mobiliários), expedida pelo órgão competente.

**8.13.6.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

**8.13.7.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**8.13.8.** Declaração, assinada por representante legal da licitante, de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**8.13.9.** Declaração, assinada por representante legal da licitante, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



**8.13.10.** Os documentos referidos nos subitens 8.13.1 a 8.13.8 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade da licitante, inclusive por meio eletrônico.

#### **8.14. Habilitação Econômico-Financeira**

De forma a demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações, as licitantes deverão apresentar:

**8.14.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica.

**8.14.1.1.** Para empresas sediadas no Estado de São Paulo, será necessário apresentar também a certidão Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) Cível.

**8.14.2.** Será admitida a participação de licitante em recuperação judicial<sup>1</sup>, desde que acompanhada de seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos neste edital.

**8.14.2.1.** O Município de Valinhos poderá requisitar diligências para que sejam trazidas e atualizadas informações do Poder Judiciário quanto ao cumprimento do plano de recuperação judicial deferido.

#### **9. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**9.1.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**9.1.1.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

**9.1.1.1.** A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

**9.1.2.** Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal, através do sistema, ou de divulgação da interposição do recurso, por qualquer meio.

---

<sup>1</sup> **Súmula 50 TCESP:** *Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.*

**9.1.3.** A apreciação dar-se-á em fase única.

**9.2.** O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

**9.3.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.4.** Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

**9.5.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o Agente de Contratação encaminhará o processo licitatório à autoridade superior, que poderá:

**9.5.1.** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**9.5.2.** revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

**9.5.3.** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou,

**9.5.4.** adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**9.6.** A homologação desta licitação não obriga a Administração à contratação do objeto licitado.

## **10. DA CONTRATAÇÃO**

### **PARA OS LOTES 08, 09, 12, 13, 14 e 22**

**10.1.** Após a homologação, a licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

**10.1.1.** A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Valinhos. Juntamente com o Termo de Contrato, a adjudicatária deverá enviar a Declaração de Atualização Cadastral emitida pelo Sistema de Cadastro Corporativo – CadTCESP, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**10.1.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**10.2.** Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

**10.2.1.** Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

**10.2.1.1.** convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária;

**10.2.1.2.** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**10.3.** O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos moldes das disposições constante da Lei Federal nº 14.133/2021.

**PARA OS LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21**

**10.4.** A contratação será formalizada por meio de Autorização de Fornecimento e Nota de Empenho.

**10.5.** A PREFEITURA enviará, para assinatura da adjudicatária, junto a Nota de Empenho, Termo de Ciência e de Notificação, cujo modelo encontra-se anexo ao presente edital.

**10.5.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**10.6.** Quando a adjudicatária convocada, dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver habilitação regular ou se recusar a retirar ou aceitar a Nota de Empenho, é facultado ao Município:

**10.6.1.** revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

**10.6.2.** convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, constatada a regularidade de sua habilitação e procedida nova homologação, retirar ou aceitar a Nota de Empenho, nas condições ofertadas pela LICITANTE VENCEDORA; ou

**10.6.3.** Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação, observados o valor máximo estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital:

**10.6.3.1.** convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária;

**10.6.3.2.** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**10.7.** Constituem motivos para a extinção do contrato as situações referidas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.7.1.** Na hipótese de extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao Município os direitos elencados no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11. RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**11.1.** No recebimento e aceitação do objeto desta licitação serão observadas as condições previstas em edital e no Anexo I, e no que couber, as disposições contidas no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.2.** A LICITANTE VENCEDORA está sujeita à fiscalização na entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura, através do responsável, o direito de não recebê-lo, caso não se encontre dentro as especificações estabelecidas no Anexo I, sob pena de aplicação das medidas/penalidades previstas nas regras de instrumento convocatório e amparadas na Lei nº 14.133/21.

**11.3.** O objeto desta licitação deverá ser entregue, conforme Anexo I do edital, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto.

**11.4.** A LICITANTE VENCEDORA responsabilizar-se-á pelo carregamento e transporte do objeto, bem como pelo seu descarregamento no local de entrega indicado no Anexo I.

**11.4.1.** O objeto deverá ser transportado de forma a não sofrerem danificações/avarias no transporte e na entrega.

**11.5.** As condições de entrega, montagem e treinamento, quando for o caso, constarão no Anexo I.

## **12. PAGAMENTO**

**12.1.** A LICITANTE VENCEDORA emitirá a Nota Fiscal mediante entrega do objeto.

**12.1.1.** O envio da Nota Fiscal será efetuado através do link: <https://valinhos.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=14727> e redirecionado para a Secretaria de Segurança Pública e Cidadania.

**12.2.** Verificada qualquer irregularidade na emissão da Nota Fiscal, a Secretaria de Segurança Pública e Cidadania fará sua devolução ou solicitará a correção, ficando o prazo de pagamento prorrogado proporcionalmente a sua regularização, sem qualquer custo adicional à PREFEITURA.

**12.3.** Deverão estar contidos nos preços: tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos sociais e trabalhistas, despesas de transporte, locomoção, fretes, seguro, pedágio e demais despesas necessárias.

**12.4.** A Secretaria da Fazenda da PREFEITURA efetuará o pagamento à LICITANTE VENCEDORA em **28 (vinte e oito) dias** contados da data de recebimento da Nota Fiscal, desde que devidamente atestada pela Secretaria de Segurança Pública e Cidadania e emitida regularmente nos termos do tópico 12.1.1.

**12.5.** Coincidindo o vencimento das Notas Fiscais com sábados, domingos, feriados ou ponto facultativo e em dias que não houver expediente na PREFEITURA, será o seu vencimento transferido para o primeiro dia útil, sem quaisquer ônus para a mesma.

**12.6.** Em ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à LICITANTE VENCEDORA, aplicar-se-á o índice do IPCA/IBGE, "por rata die", a título de compensação



financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

**12.6.1.** Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à LICITANTE VENCEDORA, esta fará jus a juros moratórios de 0,1667% ao dia, alcançando-se 6% (seis por cento) ano.

### **13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Serão aplicadas à licitante responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

**13.1.1.** advertência, aplicável à LICITANTE VENCEDORA que der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**13.1.2.** multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da inadimplência, por dia de atraso no fornecimento, até o 4º (quarto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato com o consequente cancelamento da Ata de Registro de Preços, cumulada com outras sanções;

**13.1.3.** multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor estimado do contrato e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

**13.1.3.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**13.1.3.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**13.1.3.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**13.1.3.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**13.1.3.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**13.1.3.6.** não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar ou retirar a Ordem de Fornecimento, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**13.1.3.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**13.1.3.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**13.1.3.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**13.1.3.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**13.1.3.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**13.1.3.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V, no tocante a licitações e contratos:

- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

**13.1.4.** impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Valinhos, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas seguintes infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

**13.1.4.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**13.1.4.2.** dar causa à inexecução total do contrato;

**13.1.4.3.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**13.1.4.4.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**13.1.4.5.** não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar ou retirar a Ordem de Fornecimento ou não entregar a documentação exigida para sua assinatura, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**13.1.4.6.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**13.1.5.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no subtópico anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:



**13.1.5.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**13.1.5.2.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**13.1.5.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**13.1.5.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**13.1.5.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V - no tocante a licitações e contratos:

- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

- Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

- Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

- Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

**13.1.6.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**13.1.6.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**13.1.6.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**13.1.6.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**13.1.6.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**13.1.6.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.2.** Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



**13.3.** A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a detentora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.4.** É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**13.4.1.** reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**13.4.2.** pagamento da multa;

**13.4.3.** transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**13.4.4.** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**13.4.5.** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no subtópico 14.4.

**13.5.** A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação de licitante, adicionalmente ao subtópico 18.4, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**13.6.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.6.1.** Possível a cumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e fatos geradores diversos.

**13.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à LICITANTE VENCEDORA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**13.8.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

**13.9.** O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

**13.10.** Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**13.10.1.** O recurso de que trata o subtópico 15.10 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.11.** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

#### **14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**14.1.** A PREFEITURA efetuará a fiscalização e a gestão do fornecimento, conforme normativas contidas no Decreto Municipal 12.668 de 29/08/2025, solicitando à LICITANTE VENCEDORA, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar a PREFEITURA quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento da execução ou o resultado final do fornecimento.

**14.2.** No desempenho de suas atividades, é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.

**14.3.** A LICITANTE VENCEDORA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução dos serviços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

**14.4.** A inspeção e fiscalização pela PREFEITURA não isentam, tão pouco diminui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA quanto à garantia dos produtos.

#### **15. SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA**

**15.1.** Não será permitida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto ora licitado.

#### **16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** As despesas oriundas desta licitação serão suportadas pelas dotações orçamentárias classificadas sob nº 3.3.90.30.00 – Material de consumo / 06.182.0207.2.033 – Gestão e Operação da Guarda Civil Municipal; 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

#### **17. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1.** No processo licitatório, é permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou assinatura eletrônica avançada do tipo GOV.BR, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.063/2020.

**17.2.** Fica assegurado a PREFEITURA, por intermédio da autoridade competente, o direito de, por motivo de conveniência e oportunidade, razões de interesse público decorrente de fato



superveniente devidamente comprovado, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou proceder à sua anulação, de ofício ou por provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

**17.2.1.** Nos casos de anulação e revogação da licitação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**17.3.** As licitantes são responsáveis pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**17.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Agente de Contratação comunicará a nova data da sessão de disputa através do Sistema de Compras de Valinhos ([www.licitavalinhos.com.br](http://www.licitavalinhos.com.br)).

**17.5.** No interesse da PREFEITURA, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, esta licitação poderá ter a sua abertura adiada ou o edital alterado.

**17.6.** Os prazos previstos neste edital serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

**17.6.1.** Considera-se dia do começo do prazo o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet ou, a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios;

**17.6.2.** Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

**17.7.** Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e no Decreto Municipal nº 11.944/2024, e respectivas alterações.

**17.8.** A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste edital.

**17.9.** Fica declarado competente o foro da Comarca de Valinhos, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste edital, não resolvidas administrativamente.

Valinhos, 12 de junho de 2026.

**RICARDO JOSÉ PIRES CORRÊA**

Secretário de Licitações

**OSVALDO LUIZ DE ROCCO**

Secretário de Segurança Pública e Cidadania



**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** Aquisição de materiais e ferramentas em conformidade com as especificações estabelecidas abaixo:

<b>LOTE 1 – LANTERNA</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Lanterna tática	10	UN

<b>LOTE 2 – MANGUEIRA</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Mangueira de alta pressão	1	UN

<b>LOTE 3 – CORDA</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Corda de salvamento	1	UN

<b>LOTE 4 – LONA</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Lona plástica	5	UN

<b>LOTE 5 – FERRAMENTAS</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Enxada com cabo	5	UN
02	Facão	5	UN
03	Foice com cabo	5	UN
04	Pá de bico com cabo	5	UN
05	Abafador de combate incêndio	15	UN

<b>LOTE 6 – MOSQUETÃO</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Mosquetão	20	UN

<b>LOTE 7 – EXTINTOR</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Extintor ABC de incêndio	5	UN

<b>LOTE 8 – BOMBA</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Bomba costal de combate incêndio	10	UN

<b>LOTE 9 – SOPRADOR</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Soprador costal	5	UN



<b>LOTE 10 – PRIMEIROS SOCORROS</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Cobertor térmico	20	UN
02	Colar cervical	10	UN
03	Kit de primeiros socorros	5	UN

<b>LOTE 11 – EQUIPAMENTO DE RESGATE</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Padiola dobrável	2	UN
02	Prancha rígida de resgate	2	UN

<b>LOTE 12 – MOTOSSERRA</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Motosserra	2	UN

<b>LOTE 13 – GERADOR</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Gerador de energia	1	UN

<b>LOTE 14 – BARRACA</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Barraca tipo tenda	1	UN

<b>LOTE 15 – CAPA DE CHUVA</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Capa de Chuva	10	UN

<b>LOTE 16 – EPI</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Abafador de ruído	10	UN
02	Protetor auricular	100	UN
03	Máscara descartável	100	UN

<b>LOTE 17 – BALACLAVA</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Balaclava	10	UN

<b>LOTE 18 – CAPACETE E LANTERNA</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Lanterna de cabeça	10	UN
02	Capacete de segurança	10	UN

<b>LOTE 19 – LUVAS</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Luva de segurança	10	PR
02	Luva de proteção térmica	20	PR



<b>LOTE 20 – ÓCULOS DE PROTEÇÃO</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Óculos de Proteção	60	UN

<b>LOTE 21 – COLETE SALVA VIDAS</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Colete Salva Vidas	10	UN

<b>LOTE 22 – BOTE INFLÁVEL</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unid.</b>
01	Bote Inflável	1	UN

**OBS: Devem ser cotados todos os itens que compõem o lote para o qual pretende concorrer, sob pena de desclassificação.**

**1.2.** O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **2.1. Lanterna Tática**

**2.1.1.** Lanterna tática recarregável, destinada ao uso em operações de segurança, serviços noturnos, atividades externas, emergências, patrulhamento e outras situações que exijam iluminação intensa e confiável.

**2.1.2.** Fonte de iluminação em LED de alta eficiência.

**2.1.3.** Potência luminosa mínima de 1.000 lumens.

**2.1.4.** Contenha, no mínimo, 03 (três) modos de iluminação.

**2.1.5.** Fonte de energia em bateria recarregável, com autonomia mínima de 04 (quatro) horas em modo alto.

**2.1.6.** Construção do corpo em liga metálica (alumínio ou equivalente), resistente a impactos, na cor preta.

**2.1.7.** Resistente à água e à poeira.

**2.1.8.** Peso máximo de 300 gramas; comprimento mínimo de 12 centímetros.

**2.1.9.** Acessórios inclusos: Bateria recarregável, Cabo USB e Cordão de Punho.

**2.1.10.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.2. Mangueira de alta pressão**

**2.2.1.** Mangueira de alta pressão, adequadas para condução de água e/ou ar comprimido, apropriado para uso contínuo, suportando pressões elevadas.

**2.2.2.** Mangueira fabricada em PVC flexível de alta resistência, apropriado para uso com água e/ou ar comprimido.

**2.2.3.** Cor externa preta, com marcação de modelo e especificações técnicas.

**2.2.4.** Reforço interno projetado para suportar pressões elevadas, mantendo a integridade da mangueira e reduzindo deformações sob carga de pressão.

**2.2.5.** Material resistente à abrasão, umidade e variações climáticas.

**2.2.6.** Diâmetro interno de 1/2 polegada (12,7 mm).

**2.2.7.** Comprimento total de 50 metros.

**2.2.8.** Pressão máxima de trabalho de até 500 psi, ou mais, garantindo desempenho seguro em aplicações de alta demanda.

**2.2.9.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.3. Corda de salvamento**

**2.3.1.** Corda de salvamento, tipo segurança, composta por fibras de poliamida de alta tenacidade com trançado triplo e alma interna contínua, garantindo resistência, durabilidade e desempenho mecânico adequado para operações de salvamento e resgate.



**2.3.2.** Construção tipo kernmantle (alma central com proteção trançada) ou equivalente, para assegurar estabilidade da carga e resistência ao desgaste abrasivo.

**2.3.3.** Diâmetro nominal: 12 mm  $\pm$  0,5 mm, adequado para operações de resgate e sistemas de salvamento.

**2.3.4.** Comprimento total de 50 metros.

**2.3.5.** Carga mínima de ruptura: 20 kN ( $\approx$  2.039 kgf) ou superior para o cabo completo.

**2.3.6.** Carga de ruptura mínima sem capa externa: 15 kN ( $\approx$  1.529 kgf), com tolerância de  $\pm$ 5%.

**2.3.7.** Alongamento estático e dinâmico compatível com cordas estáticas de segurança, sem deformação excessiva sob cargas previstas (típico  $\leq$  5 %).

**2.3.8.** Desvio limite de diâmetro conforme tolerância padrão ( $\approx$  +0,5 mm).

**2.3.9.** A cor da corda pode ser clara (ex.: branca) com filetes ou marcações de alto contraste (ex.: azul) para melhor visibilidade em campo e identificação do produto.

**2.3.10.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.4. Lona plástica**

**2.4.1.** Rolo de lona plástica em bobina, destinado para cobrir, proteger e isolar materiais ou áreas.

**2.4.2.** Dimensões gerais: Largura de 4,0 (quatro) metros. Comprimento de 100,0 (cem) metros.

**2.4.3.** Fabricado em polietileno ou material plástico similar adequado para lonas plásticas, na cor preta.

**2.4.4.** Material homogêneo, sem defeitos, implosões, bolsas de ar, segregações ou discontinuidades.

**2.4.5.** Produto novo, de primeira linha, adequado para emprego na condição de uso especificada.

**2.4.6.** Espessura mínima de 150 (cento e cinquenta) micras ( $\mu$ m).

**2.4.7.** Impermeável, garantindo proteção contra água e umidade.

**2.4.8.** Superfície lisa e contínua, livre de rebarbas ou irregularidades que prejudiquem o desempenho.

**2.4.10.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.5. Enxada com cabo**

**2.5.1.** Enxada manual, com lâmina em aço com cabo de madeira, compatível para uso contínuo, para abertura de aceiros e remoção de material combustível.

**2.5.2.** Lâmina fabricada em aço-carbono forjado de alta resistência, com acabamento anticorrosivo que reduza oxidação e promova durabilidade em operações de campo.

**2.5.3.** Forma da lâmina adequada para capina, revolvimento de solo, remoção de entulhos e preparo de áreas afetadas por enchentes ou desastres.

**2.5.4.** Dimensões mínimas da lâmina: 18 cm de altura e 22 cm de largura, com tolerância de  $\pm 10\%$ .

**2.5.5.** Cabo em madeira de alta resistência (eucalipto ou madeira de lei), com acabamento envernizado, comprimento mínimo de 150 cm, com diâmetro compatível com segurança e conforto.

**2.5.6.** O cabo deve ser fixado de maneira segura à lâmina, resistente à tração e vibração.

**2.5.7.** Lâmina fixada ao cabo por meio cunha metálica.

**2.5.8.** Superfície de pega do cabo com acabamento confortável e antideslizante.

**2.5.9.** Peso equilibrado para reduzir fadiga do operador em operações prolongadas.

**2.5.10.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.6. Facão**

**2.6.1.** Facão manual, sendo resistente, durável e seguro, adequado para o uso contínuo em atividades de campo, como limpeza de vegetação e abertura de trilhas.

**2.6.2.** Lâmina em aço carbono, com tratamento térmico que proporcione resistência e durabilidade e tratamento superficial que minimize oxidação.

**2.6.3.** Resistente a impacto.

**2.6.4.** Dimensões mínimas da lâmina de: 45 cm de comprimento, 2,0 mm de espessura e 5,5 cm de largura, com tolerância de  $\pm 10\%$ .

**2.6.5.** Cabo em polipropileno resistente ou madeira tratada, fixando de maneira segura à lâmina, ergonômico e antiderrapante.

**2.6.6.** Comprimento total do facão mínimo de 57 cm.

**2.6.7.** Perfil de lâmina adequado para corte de vegetação e arbustos.

**2.6.8.** Ausência de rebarbas ou irregularidades que comprometam a segurança do usuário.

**2.6.9.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.7. Foice com cabo**

**2.7.1.** Foice manual com cabo, destinada para manejo de vegetação em ações operacionais e preventivas.

- 2.7.2.** Lâmina em aço carbono, com tratamento térmico para maior resistência e durabilidade.
- 2.7.3.** Acabamento em pintura eletrostática, que reduza oxidação e desgaste prematuro.
- 2.7.4.** Largura mínima da lâmina de 15,0 cm.
- 2.7.5.** A lâmina deve estar devidamente afiada ou amolada, pronta para uso inicial e fixada ao cabo por meio cunha metálica.
- 2.7.6.** Cabo em madeira de alta resistência (eucalipto ou madeira de lei), com acabamento envernizado ou proteção similar para durabilidade e conforto no uso.
- 2.7.7.** Comprimento total (lâmina + cabo) mínimo de 110 cm.
- 2.7.8.** O cabo deve ser fixado de maneira segura à lâmina, sem folgas ou partes soltas, garantindo resistência mecânica.
- 2.7.9.** Superfície do cabo com textura que favoreça aderência, reduzindo risco de escorregamento;
- 2.7.10.** Peso equilibrado para conforto do operador em uso contínuo.
- 2.7.11.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.8. Pá de bico com cabo**

- 2.8.1.** Pá de bico manual, destinada ao uso em escavação, movimentação de materiais e outras atividades operacionais.
- 2.8.2.** Lâmina em aço de alta resistência, com acabamento que minimize oxidação e desgaste prematuro em uso.
- 2.8.3.** Dimensões da lâmina: altura mínima de 25 cm; largura mínima de 22 cm.
- 2.8.4.** Cabo em madeira de alta resistência (eucalipto ou madeira de lei), com acabamento envernizado ou proteção similar para durabilidade e conforto no uso.
- 2.8.5.** Empunhadura tipo "D" ergonômica, fabricada em material polimérico ou metálico de alta resistência, fixada de forma firme ao cabo, proporcionando pegada segura e confortável.
- 2.8.6.** Comprimento total (lâmina + cabo + empunhadura) mínimo de 100 cm.



**2.8.7.** O cabo deve estar fixado de maneira segura à lâmina, com sistema que impeça folgas ou desencaixes durante o uso, por meio de cunha metálica.

**2.8.8.** Acabamento do cabo sem rebarbas ou irregularidades que possam causar desconforto ou risco de lesões.

**2.8.9.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.9. Abafador de combate a incêndio**

**2.9.1.** Batedor abafador de incêndio, destinado para o combate direto ao fogo apagando por abafamento.

**2.9.2.** Construída em lâmina de borracha reforçada compacta, resistente ao calor, acompanhada de duas lonas internas, com dimensões mínimas de 45 cm x 35 cm, com tolerância de  $\pm 10\%$ .

**2.9.3.** Cabo em madeira resistente (eucalipto ou madeira de lei), com comprimento mínimo de 150 cm.

**2.9.4.** Fixação da cabeça ao cabo por meio de cunha metálica, evitando soltura durante o uso.

**2.9.5.** Modelo sem furos.

**2.9.6.** Peso máximo de 3kg.

**2.9.7.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.10. Mosquetão**

**2.10.1.** Mosquetão, destinado a conexão, engate e fixação de elementos em atividades de apoio, amarração, movimentação de cargas leve a moderada, resgate e outras aplicações operacionais que requeiram componente de conexão seguro.

**2.10.2.** Fabricado em aço carbono ou aço de alta resistência, com tratamento superficial anticorrosivo (ex: galvanização ou pintura protetiva), garantindo durabilidade e resistência mecânica.

**2.10.3.** Equipado com trava de rosca, que permita o bloqueio positivo do gatilho, reduzindo o risco de abertura acidental durante o uso.

**2.10.4.** Dimensões com altura entre 8 a 12 cm, e largura entre 5 a 8 cm.

**2.10.5.** Capacidade de carga suportada de no mínimo 2000 kg, garantindo resistência adequada.

**2.10.6.** O mosquetão deverá apresentar formato compatível com conexão segura a cintas, cabos, cordas ou argolas em trabalhos de suporte, movimentação ou contenção.

**2.10.7.** Abertura e fechamento do gatilho com movimento suave e seguro, equilibrado para reduzir risco de torção ou falha sob carga.

**2.10.8.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.11. Extintor ABC de incêndio**

**2.11.1.** Extintor portátil de incêndio com agente extintor em pó químico seco ABC, apropriado para combate a incêndios de classe A (materiais sólidos), B (líquidos inflamáveis) e C (equipamentos).

**2.11.2.** Capacidade nominal do agente extintor: 6 kg, compatível com uso geral em edificações e áreas administrativas, garantindo desempenho eficaz em atendimento inicial de incêndios.

**2.11.3.** Cilindro em aço com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática na cor vermelha padronizada, resistente a intempéries e condições normais de ambiente interno/externo.

**2.11.4.** Válvula manual com lacre de segurança e manômetro ou indicador de pressão, permitindo verificar condição de carga/pressão antes do uso.

**2.11.5.** Mangueira de descarga em borracha com trama têxtil adequada, bocal apropriado ao tipo de agente.

**2.11.6.** Operável manualmente por um único operador treinado, com acionamento por alavanca ou gatilho segundo normas técnicas aplicáveis.

**2.11.7.** O equipamento deverá ser fabricado conforme a ABNT NBR 15808 (norma brasileira aplicável a extintores de incêndio portátil).

**2.11.8.** O equipamento deverá possuir certificado e selo de conformidade do INMETRO e a respectivas etiquetas com informações de capacidade e validade.

**2.11.9.** O extintor deverá ser fornecido novo, sem uso, sem recarga anterior, e com prazo de validade da carga extintora mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega.

**2.11.10.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.12. Bomba costal de combate incêndio**

**2.12.1.** Bomba costal portátil, de operação manual para combate e supressão de incêndios.

**2.12.2.** Capacidade do reservatório de 20 litros, admitindo-se variação de  $\pm 10\%$ .

**2.12.3.** Dimensões compatíveis com transporte individual e ergonomia da operação.

**2.12.4.** Tanque constituído em plástico de alta resistência (polietileno ou similar), com reforços estruturais.

**2.12.5.** Bomba, pistão e bicos em material resistente à corrosão; mangueira flexível e reforçada, compatível com operação contínua.

**2.12.6.** Sistema de bombeamento manual, sem necessidade de energia externa.

**2.12.7.** Peso máximo do equipamento vazio de 4,5 kg.

**2.12.8.** Desempenho de lançamento:

- Jato direcionado (jato pleno) com alcance de até 12 (doze) metros.
- Jato pulverizado (neblina) com alcance de até 3 (três) metros.

**2.12.9.** Correias ajustáveis com acolchoamento para ombros.

**2.12.10.** Imagem meramente ilustrativa:



### **2.13. Soprador costal**

**2.13.1.** Soprador costal de alta performance, destinado para atividades operacionais com design costal ergonômico para uso prolongado.

**2.13.2.** Motor de combustão interna a gasolina, ciclo 2 tempos, monocilíndrico e refrigerado a ar, projetado para uso contínuo e profissional.

**2.13.3.** Cilindrada mínima de 50 cm<sup>3</sup>.

**2.13.4.** Velocidade máxima do ar de, no mínimo, 75 m/s e volume máximo de ar de, no mínimo, 14,5 m<sup>3</sup>/min, assegurando desempenho suficiente para deslocamento eficiente de resíduos leves (tolerância de ±5%).

**2.13.5.** Alimentação por carburador tipo diafragma, permitindo funcionamento estável em diferentes posições de trabalho.

**2.13.6.** Tanque de combustível com capacidade entre 1,0 e 2,0 litros, proporcionando autonomia compatível com uso prolongado.



**2.13.7.** Sistema de partida manual ou elétrico, com acelerador manual e controle progressivo de rotação, permitindo ajuste contínuo da potência durante a operação.

**2.13.8.** Estrutura costal tipo mochila, com alças ajustáveis e acolchoadas, projetada para distribuir o peso de forma equilibrada, reduzindo a fadiga do operador durante o uso prolongado.

**2.13.9.** Peso máximo do equipamento de 12 kg, sem combustível, visando facilitar o manuseio e garantir ergonomia adequada.

**2.13.10.** Equipamento dotado de sistema de escape com abafador, atendendo aos níveis de ruído compatíveis com uso profissional, além de proteções adequadas às partes móveis, conforme normas técnicas aplicáveis.

**2.13.11.** Fornecimento de bicos direcionadores de ar intercambiáveis e manual de operação e manutenção, contendo orientações de uso seguro e manutenção preventiva.

**2.13.12.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.14. Cobertor térmico**

**2.14.1.** Cobertor térmico do tipo manta aluminizada isolante, destinado à manutenção ou proteção térmica de pessoas ou objetos em situações de resgate, emergência, atividades externas e similares.

**2.14.2.** Material principal em filme aluminizado refletivo de polietileno bi-orientado ou PET metalizado, com camada aluminizada de espessura típica entre 20 e 25 micrômetros.

**2.14.3.** Superfície reflexiva que proporciona isolamento térmico através da reflexão de radiação térmica.

**2.14.4.** Dimensões da manta aberta: 2,10 m x 1,40 m (comprimento x largura), admitindo-se variação de até 10% em cada dimensão, sendo um tamanho apto a cobrir ou envolver uma pessoa adulta em situação de emergência ou resgate.

**2.14.5.** Capacidade de refletir a maior parte da radiação térmica e reduzir a perda de calor corporal em situações de exposição ao frio.

**2.14.6.** Redução da perda de temperatura corporal em torno de até 6°C em condições típicas de uso.



**2.14.7.** Impermeabilidade à água e resistência ao vento, contribuindo para reduzir a perda de calor por convecção e umidade.

**2.14.8.** Resistência ao atrito com o solo durante uso em campo ou resgate.

**2.14.9.** Peso individual até 100 g.

**2.14.10.** Superfície reflexiva contínua e sem descolamento de camadas, com bordas em acabamento resistente para evitar desfiamento.

**2.14.11.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.15. Colar cervical**

**2.15.1.** Colar cervical rígido ajustável, destinado à imobilização da coluna cervical em atendimentos de urgência e emergência no Atendimento Pré Hospitalar (APH), resgate e transporte de vítimas de trauma.

**2.15.2.** Confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), polipropileno ou material termoplástico de alta resistência.

**2.15.3.** Estrutura rígida anatômica com apoio mentoniano (queixeira) e apoio occipital.

**2.15.4.** Bordas arredondadas para evitar lesões na pele.

**2.15.5.** Radiotransparente (compatível com exames de raio-X e tomografia).

**2.15.6.** Modelo ajustável, com no mínimo 4 níveis de regulagem de altura.

**2.15.7.** Sistema de ajuste rápido e intuitivo, permitindo adaptação aos tamanhos adulto pequeno, médio e grande em um único dispositivo, com indicação visual clara do nível de ajuste.

**2.15.8.** Sistema de fechamento em velcro resistente e reutilizável ou mecanismo equivalente, permitindo ajuste firme e seguro sem comprometer vias aéreas.

**2.15.9.** Abertura anterior para avaliação de pulso carotídeo e procedimento de via aérea, e abertura posterior para ventilação e drenagem de fluidos.

**2.15.10.** Revestimento interno com espuma ou material acolchoado impermeável, hipoalergênico e de fácil higienização, sendo um material lavável e resistente a desinfecção com soluções hospitalares.

**2.15.11.** Possuir registro ou cadastro na ANVISA, e estar em conformidade com normas técnicas vigentes para dispositivos médicos.

**2.15.12.** Imagem meramente ilustrativa:



**2.16. Kit de primeiros socorros**

**2.16.1.** Kit de primeiros socorros destinado a atender situações de emergência médica leve, proporcionando suporte imediato.

**2.16.2.** O kit deverá conter, no mínimo, os seguintes itens, com suas respectivas especificações e quantitativos:

- Abaixador de Língua: 01 pacote com 10 unidades;
- Atadura de Crepom 13 fios: 01 unidade nas dimensões 10 cm x 1,8 m;
- Atadura de Crepom 13 fios: 01 unidade nas dimensões 15 cm x 1,8 m;
- Compressas de Gaze estéril: 02 pacotes contendo 10 unidades cada, dimensões de 7,5 cm x 7,5 cm;
- Curativo adesivo flexível: 01 caixa ou envelope contendo 10 unidades;
- Espadrapo Branco: 01 rolo com dimensões mínimas de 5 cm x 4,5 m;
- Fita Cirúrgica Microporosa Hipoalergênica: 01 rolo com dimensões mínimas de 25 mm x 10 m;
- Pinça Anatômica de Dissecção: 01 unidade, com comprimento mínimo de 16 cm;
- Tesoura de Resgate Corta Vestes: 01 unidade, com comprimento mínimo de 18 cm;
- Luvas estéreis de látex: 02 pares, medida 8.5;
- Maleta ou Bolsa de Primeiros Socorros: 01 unidade, dimensões de 24,2x16x13cm, com tolerância de  $\pm 20\%$ ;
- Bandagem triangular: 01 unidade, com dimensões de 1,00 x 1,00 x 1,40 m;
- Termômetro digital: 01 unidade;
- Álcool em gel 70%: 01 frasco com volume mínimo de 60 ml;
- Soro fisiológico: 01 frasco com volume de 100 ml;
- Antisséptico (água oxigenada): 01 frasco com volume de 100 ml.

**2.16.3.** Os itens citados no tópico anterior deverão possuir registro ou notificação junto à ANVISA, conforme legislação vigente, quando aplicável, devendo o fornecedor apresentar a respectiva comprovação no ato da entrega.

**2.16.4.** Para os itens com validade, deverá ter prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses no momento da entrega.

**2.16.5.** A maleta ou bolsa deverá ser resistente, leve, com proteção contra umidade, possuir fechamento seguro que impeça abertura acidental, identificação externa com símbolo internacional de primeiros socorros e dimensões compatíveis para acondicionamento adequado dos materiais.

**2.16.6.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.17. Padiola dobrável**

**2.17.1.** Maca dobrável do tipo padiola, equipamento de transporte e movimentação de pessoas, destinado a atendimentos de emergência, resgate, acidentes e outras aplicações institucionais que demandem remoção em superfície plana ou irregular.

**2.17.2.** Estrutura principal em alumínio de alta resistência, duralumínio ou aço tubular com tratamento anticorrosão (pintura epóxi ou similar), garantindo leveza e robustez.

**2.17.3.** Sistema de dobra central ou em duas partes que permita reduzir o comprimento e facilitar a guarda e transporte.

**2.17.4.** Comprimento total quando aberta compatível com transporte de adulto padrão mínimo de 180 cm.

**2.17.5.** Largura mínima compatível com suporte seguro do usuário de 45 cm.

**2.17.6.** Dimensões quando dobrada reduzidas para facilitar armazenamento e transporte (cerca de metade do comprimento aberto).

**2.17.7.** Peso total leve para facilitar manuseio e transporte por equipes (não ultrapassando 10 kg).

**2.17.8.** Capacidade de carga suportada de, pelo menos, 150 kg ou mais, compatível com transporte seguro de pacientes adultos em atendimento emergencial.



**2.17.9.** Superfície de apoio em lona vinílica impermeável ou equivalente, resistente, lavável e de fácil higienização, fixada de forma segura à estrutura metálica.

**2.17.10.** Revestimento liso, sem rugosidades ou saliências que possam causar desconforto ou lesões ao paciente.

**2.17.11.** Inclusão de, no mínimo, 02 (dois) cintos de segurança com engate rápido, devidamente posicionados para estabilizar o paciente durante o transporte.

**2.17.12.** Todas as juntas, dobradiças e partes móveis devem ser projetadas para evitar esmagamento de dedos e garantir operação segura.

**2.17.13.** O equipamento deve incluir alças ergonômicas de transporte em quantidade adequada (mínimo duas extremidades e reforços laterais).

**2.17.14.** Possuir 04 (quatro) pés em alumínio com acabamento em ponteira em borracha desenvolvida para apoiá-las sobre o chão e facilitar o resgate.

**2.17.15.** Possuir registro ou cadastro na ANVISA, e estar em conformidade com normas técnicas vigentes para dispositivos médicos.

**2.17.16.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.18. Prancha rígida de resgate**

**2.18.1.** Prancha rígida, destinada para imobilização e transporte de vítimas adultas em situações de emergência, acidentes e trauma.

**2.18.2.** Material em polietileno com elevada resistência a impactos e cargas, sendo impermeável, fácil de limpar e higienizar.

**2.18.3.** Dimensões e pesagem:

I. Comprimento mínimo de 185 cm.

II. Largura mínima de 45 cm.

III. Altura (espessura) mínima de 7 cm.

IV. Peso não superior a 9,5 kg.

**2.18.4.** Capacidade de carga suportada de, pelo menos, 200 kg ou mais, compatível com transporte seguro de pacientes adultos em atendimento emergencial.

**2.18.5.** Conjunto de cintos de fixação (mínimo 3 peças), confeccionados em material resistente com fechos que permitam imobilização segura do paciente.

**2.18.6.** Aberturas laterais para passagem de cintos, imobilizadores de cabeça e dispositivos auxiliares de imobilização.

**2.18.7.** Translúcida para Raio-X e Ressonância Magnética, permitindo realização de exames sem retirar o paciente da prancha.

**2.18.8.** Possuir registro ou cadastro na ANVISA, e estar em conformidade com normas técnicas vigentes para dispositivos médicos.

**2.18.9.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.19. Motosserra**

**2.19.1.** Motosserra a gasolina de uso profissional, refrigerada a ar, com motor de combustão interna, projetada para uso profissional em corte de troncos e galhos.

**2.19.2.** Cilindrada mínima de 55 cm<sup>3</sup>, proporcionando desempenho adequado para operação contínua.

**2.19.3.** Potência mínima do motor de 3,0 HP, garantindo torque e eficiência de corte compatíveis com atividades profissionais regulares.

**2.19.4.** Operação com gasolina comum misturada a óleo lubrificante para motores de 2 tempos, conforme proporção indicada pelo fabricante do equipamento.

**2.19.5.** Partida manual ou elétrica, com sistema de fácil acionamento.

**2.19.6.** Sistema automático de lubrificação da barra guia e corrente, com reservatório de óleo de barra de capacidade compatível com uso prolongado, possibilitando lubrificação contínua durante a operação.

**2.19.7.** Comprimento mínimo da barra de corte de 18 polegadas (~45 cm).

**2.19.8.** Corrente de alta resistência, de passo compatível com a barra e com sistema de tensionamento rápido e acessível, sem necessidade de ferramentas complexas.

**2.19.9.** Sistema anti-vibração incorporado ao conjunto motor/empunhadura, visando reduzir fadiga do operador e contribuir para operação segura.

**2.19.10.** Filtro de ar de fácil acesso e manutenção, garantindo filtragem eficiente e prolongando a vida útil do motor em condições de uso variado.

**2.19.11.** Peso operacional máximo de 8,5 kg (incluindo barra e corrente), visando equilíbrio entre desempenho e ergonomia.

**2.19.12.** Dispositivos de segurança incorporados, incluindo protetor de mão dianteiro, freio de corrente acionado por inércia e sistema de parada rápido; todas as proteções devem atender às normas técnicas aplicáveis.

**2.19.13.** Empunhaduras com revestimento antiderrapante, alças ergonômicas e distribuição de peso que favoreça o controle do equipamento durante a operação.

**2.19.14.** Manual de operação e manutenção, com orientações de segurança, manutenção preventiva, especificação de peças e instruções de uso correto do equipamento.

**2.19.15.** Deverá atender a norma vigente ABNT/NBR/ISO 7293/2022, para motosserras portáteis.

**2.19.16.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.20. Gerador de energia**

**2.20.1.** Gerador portátil a gasolina, refrigerado a ar, com motor de ciclo 4 tempos e sistema de partida manual, adequado para uso em condições externas e internas controladas, provido de quadro resistente e proteção básica. Destinado ao suprimento temporário de energia elétrica para equipamentos e cargas essenciais em atividades de apoio, contingência, campo e situações operacionais diversas.

**2.20.2.** Potência nominal contínua mínima de 2,7 kVA e potência máxima mínima de 3,0 kVA.



**2.20.3.** Tensão de saída bivolt (115V e 230V), com chave seletora, monofásico e frequência de 60 Hz.

**2.20.4.** Possuir regulador automático de tensão (AVR) ou sistema equivalente, garantindo saída de energia estável, protegendo equipamentos conectados contra oscilações indesejadas.

**2.20.5.** Motor a gasolina com cilindrada mínima de 190cc, monocilíndrico e refrigerado a ar, com partida manual retrátil.

**2.20.6.** Tanque de combustível com capacidade mínima de 14 litros, proporcionando autonomia compatível com uso prolongado.

**2.20.7.** Mínimo de duas tomadas, sendo uma com tensão nominal de 115V e outra de 230V, devidamente identificadas e protegidas.

**2.20.8.** Estrutura robusta com chassi/metálico de apoio e carcaça protetora, projetada para operação externa, resistente a impactos leves e vibração contínua.

**2.20.9.** Deve vir acompanhado de manual com todas as características declaradas, instruções de operação e manutenção.

**2.20.10.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.21. Barraca tipo tenda**

**2.21.1.** Tenda destinada como abrigo temporário, para atendimento ao público, armazenamento de materiais ou como base operacional em situações de emergência.

**2.21.2.** Design tipo pirâmide, favorecendo o escoamento da água da chuva.

**2.21.3.** Com fechamento nas laterais.

**2.21.4.** Dimensões mínimas: 4 x 4 metros (comprimento x largura), tolerância de  $\pm 10\%$ .

**2.21.5.** Altura mínima de 2,5 metros no ponto central.

**2.21.6.** Estrutura em material leve e resistente, como alumínio ou aço tubular, projetado para montagem rápida e segura.

**2.21.7.** Pés de sustentação reforçados com hastes de estaqueamento e cintas de fixação, garantindo estabilidade mesmo em solos variados e em condições de vento.

**2.21.8.** Cobertura em lona de PVC de alta resistência ou material equivalente, com características:

I. Impermeável e resistente a raios UV.

II. Antifúngica, antimoho, anti-ressecamento.

III. Blackout (bloqueio total da luz, garantindo privacidade e redução de aquecimento interno).

**2.21.9.** Laterais completas, com fechamento por zíper ou sistema de encaixe, garantindo privacidade e proteção contra vento, chuva e poeira, com possibilidade de remoção parcial ou total das laterais para ventilação ou acesso rápido.

**2.21.10.** Estrutura modular de fácil montagem e desmontagem, ideal para rápida instalação em situações de emergência.

**2.21.11.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.22. Capa de chuva**

**2.22.1.** Capa de chuva destinada aos agentes da Defesa Civil, para utilização em atividades operacionais, atendimentos emergenciais, vistorias, operações em campo e ações de prevenção e resposta a desastres naturais.

**2.22.2.** Material: 100% nylon emborrachado.

**2.22.3.** Cor: Laranja.

**2.22.4.** Demais características: abertura para entrada das mãos e livre acesso para a arma e bolsos da calça, capuz embutido na gola com zíper, aberturas de ventilação no peito e nas costas, com brasão da Defesa Civil de Valinhos na frente do lado esquerdo e estampa refletiva com a escrita "DEFESA CIVIL" nas costas, refletivo nas mangas, peito e costas. A capa de chuva deverá ser acompanhada de bolsa.



**2.22.5.** Medidas: 05 unidades no tamanho G; 05 unidades no tamanho GG.

**2.22.6.** Imagem meramente ilustrativa:



**2.22.7.** Logotipo Defesa Civil:



### **2.23. Abafador de ruído**

**2.23.1.** Abafador de ruído, protetor auricular circum-auricular (tipo concha), destinado à proteção contra ruídos contínuos e/ou intermitentes, cobrindo totalmente as orelhas do usuário.

**2.23.2.** Material das conchas em Plástico ABS de alta resistência ou material equivalente que assegure durabilidade e resistência mecânica.

**2.23.3.** Almofadas com espuma interna revestida em material sintético ou PVC, garantindo vedação adequada e conforto durante o uso prolongado.

**2.23.4.** Arco de cabeça ajustável, com revestimento acolchoado, permitindo adaptação ao usuário e assegurando fixação confortável sem comprometer a eficiência da vedação.

**2.23.5.** O equipamento deverá possuir atenuação sonora mínima de 20 dB, ou superior, conforme classificação do fabricante, comprovada através de ensaios laboratoriais reconhecidos.

**2.23.6.** O equipamento deverá possuir peso máximo de até 350 (trezentos e cinquenta) gramas, de forma a garantir conforto ergonômico ao usuário durante o uso contínuo e prolongado, sem prejuízo da eficiência de atenuação sonora.

**2.23.7.** O produto deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo órgão competente (Ministério do Trabalho e Emprego), conforme exigido pela legislação brasileira para equipamentos de proteção auditiva.

**2.23.8.** O abafador deve atender aos requisitos e métodos de ensaio estabelecidos pelas normas:

**2.23.8.1.** ABNT NBR 16076 (versão vigente) – Equipamentos de proteção individual – Protetores auditivos – Medição de atenuação de ruído com métodos de ouvido real.

**2.23.8.2.** ABNT NBR 17072 (versão vigente) – Equipamentos de proteção individual – Protetores auditivos – Métodos de ensaio para aferição de perda de inserção ou outros métodos conforme aplicabilidade (em função do tipo de proteção).

**2.23.9.** O equipamento deve ser claramente identificado com o nome do fabricante, modelo, número do CA, data de fabricação e dados de atenuação sonora declarado conforme normas aplicáveis.

**2.23.10.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.24. Protetor auricular**

**2.24.1.** Protetor auricular do tipo plug de inserção, confeccionados em silicone antialérgico, destinados à proteção auditiva de trabalhadores expostos a níveis de ruído superiores aos permitidos.

**2.24.2.** Material lavável e reutilizável, resistente a deformações e adequado para uso prolongado.

**2.24.3.** Plug de inserção com múltiplas flanges concêntricas para vedação segura do canal auditivo.

**2.24.4.** Tamanho único com adaptabilidade anatômica, proporcionando conforto e segurança.

**2.24.5.** Superfície lisa, sem rebarbas, arestas cortantes ou irregularidades que possam causar irritação.

- 2.24.6.** Apresentar nível mínimo de atenuação acústica de 18 dB (NRRsf).
- 2.24.7.** Preferencialmente testado conforme norma ANSI S12.6 ou equivalente que comprove níveis de atenuação acústica.
- 2.24.8.** Com cordão de segurança removível.
- 2.24.9.** Embalagem individual, adequada para transporte, armazenamento e conservação do produto.
- 2.24.10.** Possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- 2.24.11.** Atendimento às normas NR-6 (EPI) e NR-15 (exposição a ruídos).
- 2.24.12.** Imagem meramente ilustrativa:



### **2.25. Máscara descartável**

- 2.25.1.** Máscara descartável do tipo respirador semifacial, classe de proteção PFF2, destinada à proteção das vias respiratórias de servidores e agentes contra partículas suspensas no ar, poeiras, névoas e fumos, em atividades gerais e operacionais.
- 2.25.2.** Camadas filtrantes em material não tecido e eletrostático, adequadas à classe PFF2.
- 2.25.3.** Estrutura interna e externa leve, resistente e confortável.
- 2.25.4.** Clipes nasais ajustáveis, garantindo vedação eficiente ao contorno do rosto.
- 2.25.5.** Válvula de exalação para redução de calor e umidade no interior da máscara, proporcionando maior conforto em uso prolongado.
- 2.25.6.** Tiras elásticas para fixação confortável da máscara, mantendo estabilidade durante o uso.
- 2.25.7.** Eficiência mínima de filtração de 94% contra partículas, conforme norma técnica ABNT/NBR 13698, garantindo proteção em ambientes com poeira, névoa ou fumaça.
- 2.25.8.** Dimensões adequadas para uso em adultos de diferentes formatos faciais, garantindo vedação eficiente.



**2.25.9.** Deve possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

**2.25.10.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.26. Balaclava**

**2.26.1.** Capuz de proteção tipo balaclava destinado à proteção contra altas temperaturas.

**2.26.2.** Confeccionado em malha tipo Single Jersey, com fio 20 de meta-aramida, em forma de suedine elástica com dupla camada de malha, resistente à temperaturas elevadas, com carbonização à, aproximadamente, 390°C.

**2.26.3.** Gramatura de 310 g/m<sup>2</sup>.

**2.26.4.** Modelo tipo capuz, com abas para sobrepor os ombros em forma ababadada, abertura frontal para acoplamento de máscara respiratória, costura de acabamento interno em overloque, costura elástica de 3 agulhas com traçador com largura máxima de 7 mm na cabeça, na pala e na união da pala com a cabeça, costura elástica de 2 agulhas com traçador com 15 mm de acabamento total e elástico embutido de 15 mm na abertura frontal para acoplamento de máscara respiratória esta abertura frontal deverá ceder o suficiente para passar toda a cabeça indo descansar no pescoço com folga de conforto, o acabamento da área externa da pala deverá possuir esse mesmo tipo de costura. Todas as costuras em linha de meta-aramida branca com título de 45/3 - 3 cabos – Tex 35 e costura do overloque com a mesma linha e fio 20 de meta-aramida.

**2.26.5.** Cor natural, proveniente da mistura das fibras.

**2.26.6.** Tamanho único.

**2.26.7.** Imagem meramente ilustrativa:



### **2.27. Lanterna de cabeça**

**2.27.1.** Lanterna portátil do tipo frontal, apropriada para fixação em capacete ou uso na cabeça, destinada à iluminação em atividades operacionais, técnicas, de inspeção, manutenção, segurança e similares.

**2.27.2.** Tecnologia de iluminação em LED de alto desempenho.

**2.27.3.** Cor da luz: Branca.

**2.27.4.** Fluxo luminoso mínimo de 300 lumens.

**2.27.5.** Modos de iluminação de, no mínimo, 03 (três).

**2.27.6.** Alimentação por bateria interna recarregável.

**2.27.7.** Sistema de recarga: porta USB padrão.

**2.27.8.** Autonomia mínima de 02 (duas) horas em modo de alta intensidade, com autonomia superior em modos econômico e médio.

**2.27.9.** Indicador visual de carga da bateria.

**2.27.10.** Corpo confeccionado em material resistente a impactos e desgaste, podendo ser em termoplástico de alta resistência e/ou liga metálica leve, ou equivalente.

**2.27.11.** Vedação contra de água, com grau de proteção mínimo equivalente a IPX4.

**2.27.12.** Sistema de fixação compatível com capacetes de segurança e/ou faixa frontal.

**2.27.13.** Faixa elástica ajustável, garantindo estabilidade durante o uso.

**2.27.14.** Sistema de acionamento por botão único ou multifuncional.

**2.27.15.** Design compacto e ergonômico, com peso máximo de 200 g, visando conforto em uso prolongado.

**2.27.16.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.28. Capacete de segurança**

**2.28.1.** Capacete de segurança, destinado à proteção da cabeça de profissionais e usuários em atividades de risco de impactos de objetos, perfurações ou choques, em conformidade com normas técnicas brasileiras aplicáveis.

**2.28.2.** Casco rígido moldado em polietileno de alta densidade ou material equivalente, com elevada resistência mecânica a impactos e perfurações.

**2.28.3.** Aba frontal para melhor proteção da cabeça contra objetos e resíduos.

**2.28.4.** Acabamento liso, sem rebarbas ou irregularidades que comprometam a segurança.

**2.28.5.** Sistema de suspensão interna com ajuste de tamanho, distribuindo as forças e peso do capacete de forma eficiente em caso de impacto.

**2.28.6.** Ajuste de altura em, no mínimo, 3 níveis ou mecanismo semelhante que permita adaptar o capacete à cabeça do usuário.

**2.28.7.** Faixa frontal com tira de absorção de suor, confeccionada em material confortável.

**2.28.8.** Sistema de jugular com 3 pontos de fixação ou mais, com ajuste de comprimento, confeccionado em tecido resistente.

**2.28.9.** O equipamento deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo órgão competente.

**2.28.10.** Atendimento às exigências da ABNT NBR 8221 (versão vigente).

**2.28.11.** Marcações visíveis no capacete com informações de fabricante, CA, lote, ano de fabricação e indicação de classe de proteção.

**2.28.12.** O casco deve possuir slots/aberturas laterais que permitam a fixação de acessórios compatíveis, tais como protetores auditivos, viseiras e óculos de proteção.

**2.28.13.** As partes substituíveis (ex.: tiras de suor, jugular) devem ser fáceis de repor.

**2.28.14.** Tamanho único.

**2.28.15.** Peso máximo de 400 g (quatrocentas gramas), para conforto em uso prolongado.

**2.28.16.** Disponível nas cores laranja ou amarela.

**2.28.17.** Imagem meramente ilustrativa:



## **2.29. Luva de segurança**

**2.29.1.** Luva de segurança destinada à proteção das mãos contra cortes, abrasão, calor e riscos mecânicos em atividades operacionais.

**2.29.2.** Confeccionada em fibras sintéticas e fibras naturais, com revestimento da face palmar e ponta dos dedos em borracha vulcanizada ou equivalente, proporcionando maior proteção e resistência.

**2.29.3.** Punho em fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas, garantindo conforto e mobilidade manual durante operações prolongadas.

**2.29.4.** Produto reutilizável, podendo ser lavável e utilizado novamente.

**2.29.5.** Costuras reforçadas, sem bordas soltas, garantindo durabilidade e resistência à tração.

**2.29.6.** Flexível, permitindo mobilidade e destreza durante o manuseio de ferramentas e materiais.

**2.29.7.** Tamanho único.

**2.29.8.** Resistência mecânica e térmica, conforme normas EN 388 e EN 407 ou equivalente nacional (com desempenho mínimo comprovado conforme ensaios aplicáveis).

**2.29.9.** Deve possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

**2.29.10.** Imagem meramente ilustrativa:



### **2.30. Luva de proteção térmica**

**2.30.1.** Luva de proteção ao calor, destinadas à proteção das mãos e antebraços do usuário contra riscos térmicos em atividades que envolvam contato com calor, respingos de partículas incandescentes e exposição a altas temperaturas.

**2.30.2.** Proteção térmica eficiente, oferecendo resistência ao calor de até 250 °C, ou mais.

**2.30.3.** Confeccionadas em raspa de couro de alta resistência térmica e à abrasão.

**2.30.4.** Estrutura reforçada nas áreas de maior desgaste (palmilha e polegar), visando maior resistência e durabilidade.

**2.30.5.** Revestimento interno composto por camada isolante térmica, podendo incluir materiais como algodão, lã ou fibras técnicas resistentes ao calor, proporcionando barreira térmica e conforto ao usuário.

**2.30.6.** Costuras executadas com fios resistentes à chama e altas temperaturas (aramida ou Kevlar), reduzindo o risco de rompimento sob condições térmicas e mecânicas severas.

**2.30.7.** Comprimento mínimo de 35 cm, garantindo proteção ao antebraço.

**2.30.8.** Tamanho único.

**2.30.9.** Deve possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

**2.30.10.** Deve atender às normas técnicas EN 407 (Proteção contra riscos térmicos) e EN 388 (Proteção contra riscos mecânicos).

**2.30.11.** Imagem meramente ilustrativa:



### **2.31. Óculos de proteção**

**2.31.1.** Óculos de proteção do tipo ampla visão, destinados à proteção ocular do usuário contra impactos, partículas volantes, pó, respingos e riscos mecânicos em atividades operacionais diversas.

**2.31.2.** Lentes confeccionadas em policarbonato incolor de alta resistência a impactos, com tratamento antiembaçante e antirrisco, proporcionando visão clara e durabilidade do material.

**2.31.3.** Design de lente única ou monobloco, garantindo campo de visão ampliado, contínuo e confortável.

**2.31.4.** Armação rígida em material resistente de Nylon e PVC, proporcionando suporte estrutural e conforto durante o uso.

**2.31.5.** Sistema de fixação confortável (tirante elástico resistente) para adaptação ao contorno da cabeça e estabilidade durante atividades, fixado por presilhas plásticas, facilitando o ajuste.

**2.31.6.** Compatível com respiradores semi-faciais e permite uso com óculos de grau.

**2.31.7.** Resistência a impactos de partículas projetadas em conformidade com as normas técnicas EN ISO 16321 e/ou ANSI/ISEA Z87.1, garantindo proteção mecânica adequada ao ambiente de trabalho.

**2.31.8.** Propriedade de proteção contra radiação ultravioleta (UV).

**2.31.9.** Óculos em tamanho único ou ajustável, compatível com a maioria das proporções de rosto adulto.

**2.31.10.** Sistema de ajuste que permita adaptação segura sem causar desconforto prolongado ao usuário.

**2.31.11.** Imagem meramente ilustrativa:



### **2.32. Colete salva-vidas**

**2.32.1.** Colete salva-vidas, adequado para uso profissional em operações aquáticas ou em áreas de risco de queda em água, proporcionando flutuação e segurança.

**2.32.2.** Equipamento de flutuação pessoal, do tipo jaleco, na Classe IV conforme classificação técnica para uso profissional e de trabalho em proximidade de água.

**2.32.3.** Tecido externo resistente, preferencialmente poliéster de alta tenacidade, nylon ou material similar com boa durabilidade e resistência à abrasão, exposição solar e umidade.

**2.32.4.** Fibra flutuante interna em espuma de célula fechada ou material equivalente que não absorva água, garantindo durabilidade e flutuabilidade estável.

**2.32.5.** Flutuabilidade mínima: 90 N (newtons), com tolerância de  $\pm 10\%$ , suficiente para uso profissional em situações de trabalho à beira da água ou embarcações de apoio.

**2.32.6.** Tamanho: único adulto universal ou sistema de ajuste que permita acomodar confortavelmente a maioria dos usuários adultos.

**2.32.7.** Sistema de ajuste por tirantes, faixas ou fechos ajustáveis na cintura e no peito, garantindo fixação segura ao corpo do usuário.

**2.32.8.** Fechos robustos, de preferência em acetato ou material de alta resistência, com largura mínima de 40 mm nos pontos principais de ajuste.

**2.32.9.** Cor externa laranja (cor internacional da Defesa Civil), de alta visibilidade, facilitando a localização visual em situações de emergência.

**2.32.10.** Design anatômico que permita mobilidade dos membros superiores e conforto em uso prolongado.

**2.32.11.** Bordas e sistemas de fixação com acabamento que evite pontos de pressão ou irritação cutânea.

**2.32.12.** O colete precisa, obrigatoriamente, ser homologado pela Marinha do Brasil, conforme as normas da NORMAM-321/DPC (Normas da Autoridade Marítima para Homologação de Material e Certificação de Laboratórios e Sistemas de Embarque).

**2.32.13.** Imagem meramente ilustrativa:



### **2.33. Bote inflável**

**2.33.1.** Bote inflável destinado para utilização em atividades de resposta a emergências, resgates em áreas alagadas, enchentes, inundações, apoio logístico e transporte de equipes.

**2.33.2.** Casco: dobrável com quilha inflável ou em fibra de vidro com deck de compensado naval segmentado ou em fibra reforçado.

**2.33.3.** Tubulões: emborrachado com um composto à base de PVC Nitrilico ou Hypalon com Neoprene.

**2.33.4.** Trama interna: poliéster de 1100 Decitex antiruptura

**2.33.5** Fundo: tecido com quilha inflável ou fundo de fibra.

**2.33.6.** Deck: desmontável de compensado naval ou fibra de vidro reforçado.

**2.33.7.** Suporte para motor elétrico de até 35HP.

**2.33.8.** Comprimento: mínimo de 3,80 m.

**2.33.9.** Largura: mínimo de 1,60m.

**2.33.10.** Passageiros: no mínimo 6 (seis).

**2.33.11.** Capacidade de carga: mínimo de 950 Kg.

**2.33.12.** Peso (fundo desmontável): máximo de 70 Kg.

**2.33.13.** Cor: laranja, por se tratar da cor internacional da Defesa Civil.

**2.33.14.** Deverá ter inscrição "DEFESA CIVIL DE VALINHOS" nas duas laterais, em fonte tipo Arial, no mínimo com 18 cm de altura na cor preta a ser confeccionada com o mesmo material da construção do barco. Não será permitida a serigrafia.



**2.33.15.** Deverão estar inclusos: 1 par de remos em alumínio com pá de nylon da cor preta e mínimo de 1,22m de comprimento; 1 kit reparos; 1 bomba de enchimento manual; alças para reboque, transporte e içamento.

**2.33.16.** Imagem meramente ilustrativa:



### **3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de estruturar e fortalecer as ações da Defesa Civil de Valinhos, garantindo capacidade operacional adequada para atuação preventiva, resposta imediata e mitigação de danos decorrentes de desastres naturais e situações de emergência.

A contratação encontra respaldo no dever da Administração Pública de promover a proteção da vida, da saúde e da segurança da população, bem como na necessidade de aparelhamento adequado dos serviços públicos essenciais, garantindo atendimento tempestivo às ocorrências emergenciais e redução de riscos e prejuízos.

### **3. DA ENTREGA DO OBJETO**

**3.1.** O material deverá ser entregue em até **15 (quinze) dias** corridos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, junto à Secretaria de Segurança Pública e Cidadania/Base da Guarda Civil Municipal, situada na Rua João Bissoto Filho, nº 600 - Jardim Bom Retiro – Valinhos -SP-CEP: 13275-410, de 2ª a 6ª feira, das 8h00 às 17h00.

**3.1.1.** Caso não seja possível a execução na data ajustada, a **LICITANTE VENCEDORA** deverá comunicar as respectivas razões com, pelo menos, **05 (cinco) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**3.2.** O material será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, junto a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no edital e proposta.

**3.3.** O material poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste edital, devendo ser substituídos no



prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da **PREFEITURA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**3.4.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias** úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela **PREFEITURA**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

**3.4.1.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**3.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à **LICITANTE VENCEDORA** para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**3.6.** O prazo para a solução, pela **LICITANTE VENCEDORA**, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela **PREFEITURA** durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**3.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **4. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA AMOSTRA**

**4.1.** Todos os produtos deverão apresentar desempenho compatível com sua finalidade de uso, observando-se os parâmetros mínimos de resistência, durabilidade e funcionalidade definidos nas especificações técnicas deste anexo. Não serão aceitos produtos que apresentem desempenho inferior aos parâmetros estabelecidos ou que evidenciem fragilidade estrutural ou defeitos de fabricação, reservando à **PREFEITURA** o direito de recusar o produto por ocasião da entrega, inclusive a definitiva, em caso de desconformidade.

**4.2.** Todos os itens serão avaliados segundo os seguintes critérios objetivos:

**4.2.1.** Atendimento das Normas Técnicas e requisitos mínimos exigidos, medidas, cores, costuras, requisitos técnicos, processos produtivos ou exigência expressa indicada neste documento;

**4.2.2.** Defeitos de fabricação nos tecidos, insumos, peças e demais requisitos de fabricação;

**4.2.3.** Insumos, aviamentos e demais requisitos para a aceitabilidade dos materiais, conforme Normas ou valores indicados;

**4.2.4.** Análise dos documentos técnicos exigidos;

**4.2.5.** Conformidade com as especificações indicadas no Edital.

**5. GARANTIA**

**5.1.** O objeto dos lotes 08, 09, 12, 13, 14 e 22 deverá ter garantia mínima de **12 (doze) meses**.

Valinhos, 12 de junho de 2026.

**OSVALDO LUIZ DE ROCCO**  
Secretário de Segurança Pública e Cidadania

**CAIO LEANDRO GONÇALVES DA SILVA**  
Diretor de Gestão e Relações de Segurança



**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 3.981/2026

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº 66/2026

Empresa:	
Endereço:	
CNPJ:	IE:
Telefone:	E-mail:

Proposta comercial apresentada para o objeto especificado, de acordo com as condições estabelecidas no edital do Pregão em epígrafe:

LOTE 1 - LANTERNA					
Item	Descrição	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	Lanterna tática		10 UN	R\$	R\$

LOTE 2 - MANGUEIRA					
Item	Descrição	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	Mangueira de alta pressão		1 UN	R\$	R\$

LOTE 3 – CORDA					
Item	Descrição	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	Corda de salvamento		1 UN	R\$	R\$

LOTE 4 – LONA					
Item	Descrição	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	Lona plástica		5 UN	R\$	R\$

LOTE 5 – FERRAMENTAS					
Item	Descrição	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	Enxada com cabo		5 UN	R\$	R\$
02	Facão		5 UN	R\$	R\$
03	Foice com cabo		5 UN	R\$	R\$
04	Pá de bico com cabo		5 UN	R\$	R\$
05	Abafador de combate incêndio		15 UN	R\$	R\$
Valor total do lote: R\$					



<b>LOTE 6 – MOSQUETÃO</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Mosquetão		20 UN	R\$	R\$

<b>LOTE 7 – EXTINTOR</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Extintor ABC de incêndio		5 UN	R\$	R\$

<b>LOTE 8 – BOMBA</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Bomba costal de combate incêndio		10 UN	R\$	R\$

<b>LOTE 9 – SOPRADOR</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Soprador costal		5 UN	R\$	R\$

<b>LOTE 10 – PRIMEIROS SOCORROS</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Cobertor térmico		20 UN	R\$	R\$
02	Colar cervical		10 UN	R\$	R\$
03	Kit de primeiros socorros		5 UN	R\$	R\$
Valor total do lote: R\$					

<b>LOTE 11 – EQUIPAMENTO DE RESGATE</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Padiola dobrável		2 UN	R\$	R\$
02	Prancha rígida de resgate		2 UN	R\$	R\$
Valor total do lote: R\$					

<b>LOTE 12 – MOTOSSERRA</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Motosserra		2 UN	R\$	R\$

<b>LOTE 13 – GERADOR</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Gerador de energia		1 UN	R\$	R\$



<b>LOTE 14 – BARRACA</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Barraca tipo tenda		1 UN	R\$	R\$

<b>LOTE 15 – CAPA DE CHUVA</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Capa de Chuva		10 UN	R\$	R\$

<b>LOTE 16 – EPI</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Abafador de ruído		10 UN	R\$	R\$
02	Protetor auricular		100 UN	R\$	R\$
03	Máscara descartável		100 UN	R\$	R\$
Valor total do lote: R\$					

<b>LOTE 17 – BALACLAVA</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Balaclava		10 UN	R\$	R\$

<b>LOTE 18 – CAPACETE E LANTERNA</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Lanterna de cabeça		10 UN	R\$	R\$
02	Capacete de segurança		10 UN	R\$	R\$
Valor total do lote: R\$					

<b>LOTE 19 – LUVAS</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Luva de segurança		10 PR	R\$	R\$
02	Luva de proteção térmica		20 PR	R\$	R\$
Valor total do lote: R\$					

<b>LOTE 20 – ÓCULOS DE PROTEÇÃO</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Óculos de Proteção		60 UN	R\$	R\$

<b>LOTE 21 – COLETE SALVA VIDAS</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Colete Salva Vidas		10 UN	R\$	R\$



LOTE 22 – BOTE INFLÁVEL					
Item	Descrição	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	Bote Inflável		1 UN	R\$	R\$

**OBS:** Devem ser cotados todos os itens que compõem o lote no qual pretende concorrer sob pena de desclassificação.

O prazo de validade da proposta/lance deverá ser de 03 (três) meses, contados da data da última proposta/lance ofertado pela licitante.

**OBS:** Os preços devem ser apresentados com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais, e com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade/fornecimento e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

**Informar:** Banco nº, Agência nº, nome da Agência, Nº conta-corrente e DV

**NO CASO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ASSINALE:**

( ) Declaramos para os devidos fins, que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e que fazemos prova de tal condição com os documentos enviados – DOCUMENTAÇÃO, conforme previsto no Edital.

**IMPORTANTE:**

1. Deverá a licitante provisoriamente vencedora enviar, junto a esta proposta, os documentos comprobatórios solicitados no tópico 7.6 e posteriores desse edital (catálogo, amostra ou demais documentos).
2. Fica a municipalidade com o direito assegurado de contratar ou rejeitar esta proposta se assim lhe convier, sem que ao fornecedor caiba qualquer reclamação ou indenização.
3. A assinatura do fornecedor implica a sua total aceitação das regras deste processo licitatório.

Pela **LICITANTE:**

Nome por extenso do Representante Legal da **LICITANTE:** \_\_\_\_\_

Número do RG do(a) Representante Legal da **LICITANTE:** \_\_\_\_\_

Número do CPF/ME do(a) Representante Legal da **LICITANTE:** \_\_\_\_\_

Valinhos/SP, XX de XXXXX de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal da licitante  
CPF/Cargo



**ANEXO III – MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

*(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)*

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 3.981/2026

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº 66/2026

**INTERESSADO:** Secretaria de Segurança Pública e Cidadania

**OBJETO:** Aquisição de materiais e ferramentas

**CONTRATANTE:** Município de Valinhos

**CONTRATADA:**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o art. 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pelo Contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no art. 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da Contratada manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Valinhos, xxx de xxxxxxxxxxxx de 2026.



**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE**  
**RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA**  
**DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: **FRANKLIN DUARTE DE LIMA**

Cargo: Prefeito

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE**  
**Pelo CONTRATANTE**

Nome: **FRANKLIN DUARTE DE LIMA**

Cargo: Prefeito

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: **RICARDO JOSÉ PIRES CORRÊA**

Cargo: Secretário de Licitações

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: **OSVALDO LUIZ DE ROCCO**

Cargo: Secretário de Segurança Pública e Cidadania

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Cargo: xxxxxxxxxxxxxx

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela CONTRATADA**

Nome:

Cargo:

CPF:

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e de Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*



**Nota:** Redação deste Anexo dada pela Resolução nº 11/2021. O Núcleo de Formalização de Ajustes da PGM deve formalizar o Termo de Ciência e de Notificação de acordo com a norma do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vigente no momento da celebração do ajuste, independentemente do Modelo contido neste Anexo.





Item	Descrição	Qtde/Unid.	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
				R\$	R\$

**5.2.** As partes atribuem a este contrato, para efeito de direito, o valor de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

**5.3.** Estão incluídos nos preços todos os custos operacionais de sua atividade/fornecimento e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**6.1.** A **CONTRATADA** emitirá a Nota Fiscal mediante a entrega do objeto constando a quantidade, preço unitário, preço total, nº do empenho, nº da ordem de fornecimento, nº do processo, nº do pregão e dados bancários.

**6.1.1.** Para fins de pagamento, o envio da Nota Fiscal pela **CONTRATADA** também deverá ser feita através do link: <https://valinhos.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=14727> e redirecionado para o Secretaria de Segurança Pública e Cidadania.

**6.2.** A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no tópico anterior, a partir da data de sua reapresentação.

**6.2.1.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa será liberada no prazo previsto para pagamento.

**6.3.** A devolução da Nota Fiscal não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda o fornecimento.

**6.4.** A Secretaria da Fazenda da **PREFEITURA** efetuará o pagamento à **LICITANTE VENCEDORA** em até **28 (vinte e oito) dias** contados da data de recebimento da Nota Fiscal, desde que devidamente atestada pela Secretaria de Segurança Pública e Cidadania.

**6.5.** Em ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, aplicar-se a o índice do IPCA/IBGE, "pro rata die", a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

**6.5.1.** Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à **CONTRATADA**, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% (seis por cento) ano.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO, DA REVISÃO DE PREÇOS**

**7.1.** Os valores contratados poderão ser reajustados a cada período de **12 (doze) meses**, com base na variação do IPCA/IBGE ou outro que venha a substituí-lo, sendo que a data base do cálculo será

a data da declaração de cotação de preços realizada pela Secretaria requisitante.

**7.2.** A apreciação de eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato dependerá de comprovação, pela **CONTRATADA**:

**7.2.1.** de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos comprobatórios, tais como notícias de jornais e da internet, análises conjunturais e econômicas; ou

**7.2.2.** após a data da apresentação da proposta, de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

**7.3.** A autorização de revisão dos preços contratados dependerá de aprovação pela **PREFEITURA**, após análise técnica, contemplando os pagamentos dos fornecimentos realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

**7.4.** Enquanto as solicitações de revisão de preços contratados estiverem sendo analisadas, a **CONTRATADA** não poderá suspender os fornecimentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**7.5.** A **PREFEITURA**, nos casos de revisão de preços, irá lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos pagamentos dos fornecimentos realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

**7.6.** Na hipótese de revisão de preços a favor da Municipalidade, esta deverá comprovar, através de pesquisa de mercado ou qualquer outro parâmetro aplicável, o desequilíbrio econômico-financeiro dos valores constantes do contrato.

**7.7.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos da Cláusula Segunda – Do Prazo.

**7.8.** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**7.9.** O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data do protocolo do pedido de revisão devidamente instruído.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO**

**8.1.** No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas as condições previstas no edital e em seus anexos, e no que couber, as disposições contidas no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.2.** O objeto do contrato será recebido:

**8.2.1.** provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do fornecimento com as exigências contratuais;

**8.2.2.** definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**8.3.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e seus anexos.

### **CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** As despesas a serem realizadas derivadas desta licitação serão suportadas pelas dotações orçamentárias classificadas sob nº 3.3.90.30.00 – Material de consumo / 06.182.0207.2.033 – Gestão e Operação da Guarda Civil Municipal; 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO E SUBSTITUIÇÃO**

**10.1.** A garantia do objeto e as condições de substituição, quando necessárias, estão dispostas no **Anexo I**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**11.1.** A **CONTRATADA** obriga-se a:

**11.1.1.** arcar com todas as despesas relativas ao objeto contratado e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;

**11.1.2.** manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;

**11.1.3.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

**11.1.4.** manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**11.1.5.** não permitir a participação na execução de contrato, direta ou indiretamente, de pessoa física ou jurídica, que figure em qualquer das hipóteses previstas no tópico 5.2 do edital.

**11.1.6.** cumprir as demais condições contidas no Anexo I – Termo de Referência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO TRATAMENTOS DOS DADOS**

**12.1.** Estabelecer regra de proteção de dados pessoais no contrato/convênio/termo de colaboração/termo de compromisso/termo de permissão de uso/termo de cessão de servidor/termo de autorização de uso/acordos de cooperação técnica/termos de permuta/termo de aditamento e outros instrumentos similares, ficando a **CONTRATADA**, obrigada a cumprir as disposições descritas.

**DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS**

**12.2.** Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o **CONTRATANTE**, para a execução do serviço objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**.

**12.2.1.** O Município de Valinhos e a **CONTRATADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

**12.2.1.1.** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

**12.2.1.2.** O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da ANPD;

**12.2.1.3.** Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do Município de Valinhos responsabilizando-se a Contratada pela obtenção e gestão;

**12.2.1.3.1.** Eventualmente, podem as partes convencionar que o Município de Valinhos será responsável por obter o consentimento dos titulares;

**12.2.1.3.2.** Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

**12.2.1.3.2.1.** Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada.

**12.2.1.3.2.2.** Zelará pelo cumprimento das medidas de segurança.

**12.2.1.3.2.3.** A **CONTRATADA** deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a **CONTRATADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

**12.2.1.3.2.4.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor

e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo;

**12.2.1.3.2.5.** Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de Dados Pessoais da outra Parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

**12.2.1.3.2.6.** O Encarregado da **CONTRATADA** manterá contato formal com a Gestora de Dados Município de Valinhos, e fica obrigado a notificar ao **CONTRATANTE** no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD, devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

**12.2.1.3.2.7.** A critério da Gestora de Dados do Município de Valinhos, a **CONTRATADA** poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**12.2.1.3.2.8.** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo Município de Valinhos, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

**12.2.2.** Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas Partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

**12.2.3.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

**12.2.4.** A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA**

**13.1.** A **PREFEITURA** obriga-se a:

**13.1.1.** fornecer à **CONTRATADA** a Autorização de Fornecimento;

**13.1.2.** prestar à **CONTRATADA** todos os esclarecimentos necessários para a execução do fornecimento/serviço;

**13.1.3.** explicitamente emitir decisão, sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**13.1.4.** efetuar os pagamentos devidos;

**13.1.5.** observar as vedações à Administração ou a seus agentes, no sentido de:

- indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

- estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa **CONTRATADA**;

- demandar a funcionário de empresa **CONTRATADA** a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

- intervenção indevida da Administração na gestão interna da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

**14.1.** Serão aplicadas à **CONTRATADA** responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

**14.1.1.** advertência, aplicável à **CONTRATADA** que der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**14.1.2.** multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da inadimplência, por dia de atraso injustificado em realizar o fornecimento, até o 4º (quarto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, ocasião em que poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, cumulada com outras sanções;

**14.1.3.** multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor do contrato e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

**14.1.3.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**14.1.3.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**14.1.3.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**14.1.3.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**14.1.3.5.** apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

**14.1.3.6.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**14.1.3.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**14.1.3.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V, no tocante a contratos:

a) fraudar contrato;

b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

**14.1.4.** impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Valinhos, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas seguintes infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

**14.1.4.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**14.1.4.2.** dar causa à inexecução total do contrato;

**14.1.4.3.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**14.1.5.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no tópico anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:

**14.1.5.1.** apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

**14.1.5.2.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**14.1.5.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**14.1.5.4.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V - no tocante a contratos:

- a) fraudar contrato;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

**14.1.6.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**14.1.6.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**14.1.6.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**14.1.6.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**14.1.6.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**14.1.6.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.2.** Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**14.3.** A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**14.4.** É admitida a reabilitação da **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**14.4.1.** reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**14.4.2.** pagamento da multa;

**14.4.3.** transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**14.4.4.** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**14.4.5.** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no tópico 15.4.



**14.5.** A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, adicionalmente ao tópico 15.4, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**14.6.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**14.6.1.** Possível a cumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e fatos geradores diversos.

**14.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**14.8.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

**14.9.** O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

**14.10.** Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**14.10.1.** O recurso de que trata o tópico 15.10 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.11.** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**15.1.** A **PREFEITURA**, por meio do gestor e dos fiscais que figuram como interessados no preâmbulo do edital, poderá a qualquer instante, solicitar à **CONTRATADA**, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento do fornecimento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar a **PREFEITURA** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento do contrato ou o resultado final de sua execução.

**15.2.** No desempenho de suas atividades, é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.

**15.3.** A **CONTRATADA** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **PREFEITURA**.

**15.4.** Demais condições do modelo de fiscalização e de gestão do contrato constam do Anexo I.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO**

**16.1.** Constituem motivos para a extinção do contrato as situações referidas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.2.** A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**16.3.** A extinção do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, consensual, ou por decisão arbitral ou judicial, de acordo com o art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.4.** A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração, poderá acarretar a **PREFEITURA**, sem prejuízo das sanções cabíveis, as consequências elencadas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.5.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá a **PREFEITURA** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto Federal nº 7.724/2012.

**17.2.** A **PREFEITURA** deve manter disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) os documentos elaborados na fase preparatória da licitação que deu origem a este contrato, que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SEGURANÇA DO TRABALHO**

**18.1** A **CONTRATADA**, sob pena de rescisão do contrato ou retenção dos valores, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observará a legislação de saúde e segurança do trabalho, especialmente nos seguintes aspectos:

**18.1.1.** A realização de treinamento exigidos pela legislação, inclusive treinamentos específicos pelas Normas Regulamentadoras, quando for o caso;

**18.1.2.** A existência e atuação efetiva da Comissão Interna de Prevenção de Acidente ou do designado, nos termos da NR-5;



**18.1.3.** A existência e implementação dos programas fundamentais relacionados à saúde e segurança no trabalho, especialmente PGR e PCMSO;

**18.1.4.** O uso dos equipamentos de proteção necessários para o desempenho do serviço contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA**

**19.1.** É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO COMPETENTE**

**20.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Valinhos/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Valinhos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Pela **PREFEITURA:**

**FRANKLIN DUARTE DE LIMA**  
Prefeito

**RICARDO JOSÉ PIRES CORRÊA**  
Secretário de Licitações

**OSVALDO LUIZ DE ROCCO**  
Secretário de Segurança Pública e Cidadania



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9EC6-E4FA-DE81-E8C8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ OSVALDO LUIZ DE ROCCO (CPF 068.XXX.XXX-71) em 12/06/2026 17:53:24 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ RICARDO JOSÉ PIRES CORRÊA (CPF 285.XXX.XXX-02) em 12/06/2026 18:11:29 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://valinhos.1doc.com.br/verificacao/9EC6-E4FA-DE81-E8C8>